

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Cav **JOÃO DO CARMO COSTA JÚNIOR**

**AS AÇÕES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE
SELVA NA OPERAÇÃO ÁGATA NO ESTADO DE
RORAIMA**



Rio de Janeiro
2022

Maj Cav JOÃO DO CARMO COSTA JÚNIOR

**AS AÇÕES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE
SELVA NA OPERAÇÃO ÁGATA NO ESTADO DE
RORAIMA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Art JÚLIO CÉSAR LACERDA MARTINS

Rio de Janeiro
2022

C837a Costa Júnior, João do Carmo.

As ações da 1º Brigada de Infantaria de Selva na operação Ágata no Estado de Roraima. / João do Carmo Costa Júnior. —2022.

f.: 61 il.;30 cm

Orientação: Júlio César Lacerda Martins.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f.58-61

1. OPERAÇÃO ÁGATA. 2. CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS. 3. 1º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E INTERAGÊNCIAS. I. Título.

CDD 355.4

Maj Cav **JOÃO DO CARMO COSTA JÚNIOR**

AS AÇÕES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NA OPERAÇÃO ÁGATA NO ESTADO DE RORAIMA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 03 de outubro de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

Júlio César Lacerda Martins – Maj Art - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Edwardo Coelho de Oliveira – Ten Cel Art – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Jairo Luiz Fremdling Farias Junior – Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rio de Janeiro
2022

À minha esposa, meu filho e meus pais,
fontes de inspiração e exemplo constantes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, e a São Jorge pela proteção, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia.

Ao meu orientador, Maj Júlio César, pela orientação precisa e segura, principalmente, pela confiança e camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos em que nos reunimos para melhorar este trabalho.

Ao meus pais, João e Sueli, pelos exemplos de dedicação e amor, pela educação firme e sólida.

À minha esposa Silne e ao meu filho João Neto, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pelo carinho, compreensão e incentivo de sempre.

RESUMO

A presente pesquisa teve por finalidade identificar as principais ações adotadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva no âmbito da Operação Ágata no Estado de Roraima. Essa Grande Unidade possui características similares as outras Brigadas de Selva do Exército Brasileiro, no entanto possui capacidades ampliadas por sua composição de meios singular. Além disso, o Estado de Roraima possui peculiaridades conferidas pela especificidade de seu terreno variado, bem como o agravamento do fluxo migratório oriundo da Venezuela nos últimos anos e a incidência de uma vasta gama de crimes transfronteiriços nessa região. Nesse contexto, a relevância do referido estudo identifica-se na importância da Operação Ágata como um referencial para ações interagências no escopo da Política de Defesa Nacional com reflexo na integração das diversas agências no âmbito federal, estadual e municipal, contribuindo para a manutenção da paz social no extremo norte do Brasil. Para a obtenção dos objetivos propostos no presente trabalho, utilizou-se pesquisas relacionadas a operações interagências, a Operação Ágata e ao combate de crimes transfronteiriços no território nacional, assim como matérias ostensivas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva para o emprego no Estado de Roraima. Dessa forma, foi possível verificar as ações com maior relevância na preparação e no emprego na Operação Ágata e sua abrangência, contribuindo para fomentar a sinergia das operações interagências naquela região.

Palavras-chave: Operação Ágata, crimes transfronteiriços, 1ª Brigada de Infantaria de Selva e Operação Interagências.

ABSTRACT

This research aimed to identify the main actions taken by the 1st Jungle Infantry Brigade within the context of Operation Ágata in the State of Roraima. This Large Unit has similar characteristics to other Brazilian Army Jungle Brigades, however it has expanded capabilities due to its unique composition of means. In addition, the State of Roraima has peculiarities conferred by the specificity of its diverse terrain, as well as the exacerbating of the migratory flow from Venezuela in recent years and the incidence of a wide range of cross-border crimes in this region. In this context, the relevance of the aforementioned study is identified in the importance of Operation Ágata as a reference for interagency actions in the scope of the National Defense Policy, reflecting on the integration of the various agencies at the federal, state and municipal levels, contributing to the maintenance of peace. society in the extreme north of Brazil. To obtain the objectives proposed in the present work, researches related to interagency operations, Operation Ágata and the fight against cross-border crimes in the national territory were used, as well as ostensible reports from the 1st Jungle Infantry Brigade for employment in the State of Roraima. In this way, it was possible to verify the most relevant actions in the preparation and employment in Operation Ágata and its scope, contributing to fostering the synergy of interagency operations in that region.

Keywords: Operation Ágata , cross-border crimes, 1st Jungle Infantry Brigade and Operation Interagency.

LISTA DE ABREVIATURAS

AM	Amazonas
Amv	Aeromóvel
ARP	Aeronave Remotamente Pilotadas
Bda	Brigada
CF 1988	Constituição Federal do Brasil de 1988
Cmdo	Comando
Cmt	Comandante
CMA	Comando Militar da Amazônia
CCOp	Centro de Coordenação de Operações
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública de Fronteiras
EMCFA	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado Maior do Exército
FA	Forças Armadas
FT	Força-Tarefa
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
GU	Grande Unidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto de Conservação do Meio Ambiente e da Biodiversidade Chico Mendes
IG	Instruções Gerais
Inf	Infantaria
LC	Lei Complementar
MP	Medida Provisória
OCCA	Operação de Coordenação e Cooperação com Agências
OM	Organização Militar
OSOP	Órgãos de Segurança e Ordem Pública

PDN	Política de Defesa Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PPIF	Plano de Proteção Integrada das Fronteiras
PBCE	Posto de Bloqueio e Controle de Estradas
PBC Flu	Posto de Bloqueio e Controle Fluvial
PBCVU	Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PIB	Produto Interno Bruto
RR	Roraima
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SI	Selva
RR	Roraima
U	Unidade
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
4º B Av Ex	4º Batalhão de Aviação do Exército
1ª Bda Inf SI	1ª Brigada de Infantaria de Selva
1º BIS	1º Batalhão de Infantaria de Selva
C Fron RR/7º	Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de
BIS	Selva
1º B Log SI	1º Batalhão Logístico de Selva
12º Esqd C Mec	12º Esquadrão de Cavalaria de Mecanizado
10º GAC	10º Grupo de Artilharia de Campanha

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A hidrografia no Estado de Roraima.....	22
Figura 2	Visão aérea do Rio Branco Estado de Roraima.....	23
Figura 3	Mapa rodoviário do Estado de Roraima.....	24
Figura 4	Biomias na região Amazônica.....	26
Figura 5	Áreas de relevante interesse mineral e áreas protegidas.....	27
Figura 6	Quantidade de solicitações de refúgio no Brasil por venezuelanos.....	28
Figura 7	A organização da Brigada de Infantaria de Selva.....	30
Figura 8	Área de emprego da 1ª Bda Inf SI.....	32
Figura 9	Apronto Operacional Brigada Lobo d´Almada.....	33
Figura 10	Organograma 1ª Brigada Infantaria de Selva.....	34
Figura 11	Pelotões Especiais de Fronteira no Estado de Roraima.....	34
Figura 12	Novas VBTP Guarani do 12º Esqd C Mec.....	36
Figura 13	Área de atuação dos Comandos Militares na Operação Ágata.....	37
Figura 14	Principais rotas do tráfico na América do Sul.....	38
Figura 15	O ambiente organizacional interagências.....	41
Figura 16	Principais agências participantes da Operação Ágata.....	42
Figura 17	Operação Ágata no Comando Militar da Amazônia.....	43
Figura 18	Apoio do 1º B Log SI as Operações Interagências.....	45
Figura 19	Emprego das capacidades da 1ª Bda Inf SI.....	46
Figura 20	Reunião de coordenação com as diversas agências.....	48
Figura 21	Apronto Operacional com a participação das agências.....	48
Figura 22	Projeto Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.....	50
Figura 23	A utilização de ARP nas Operações da 1ª Bda Inf SI.....	51
Figura 24	Operação CURARE 1ª Bda Inf SI.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3	METODOLOGIA.....	19
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	19
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	19
3.3	COLETA DE DADOS.....	20
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	20
3.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	20
4	A CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL.....	22
5	A 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA.....	30
5.1	MISSÃO.....	32
5.2	COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO.....	33
5.3	POSSIBILIDADE E LIMITAÇÕES.....	35
6	A OPERAÇÃO ÁGATA.....	37
7	AS AÇÕES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NA OPERAÇÃO ÁGATA.....	45
8	CONCLUSÃO.....	55
	REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Roraima ocupa a porção mais ao norte do território nacional. Sua posição estratégica, fazendo fronteira com Venezuela e Guiana, é responsável por diversas peculiaridades. Além disso, as variadas riquezas minerais e a grande quantidade de reservas indígenas produzem um ambiente único nessa porção do Brasil.

As estimativas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que tange as principais cidades de Roraima próximo as região de fronteira, são as cidades de Pacaraima (20.108 habitantes – IBGE/2021), localizada no marco BV-8 (fronteira Brasil/Venezuela), Amajari (13.561 habitantes– IBGE/2021), situada mais ao Sudoeste de Pacaraima, distante 80 quilômetros da fronteira Norte e 300 quilômetros da fronteira Noroeste, na divisa entre as vegetações de lavrado e de selva amazônica e, na fronteira Nordeste, Uiramutã (11.014 habitantes – IBGE/2021), Normandia (11.772 habitantes – IBGE/ 2021) e Bonfim (12.701 habitantes – IBGE/2021), estas três últimas posicionadas na fronteira com a República da Guiana, na área de vegetação de lavrado. (IBGE, 2021).

A área ocupada por esse Estado possui características marcantes para as operações, dentre as quais destacamos o vazio demográfico na região, uma vez que quase 65% da população do Estado de Roraima está concentrada na capital Boa Vista.

O mundo atual é caracterizado por ser extremamente dinâmico. A rapidez com que as situações evoluem fez com que o *US Army College* criasse no início da década de 1990 o acrônimo VUCA para descrever o cenário internacional. Essa sigla define que o ambiente atual apresenta uma mistura de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (*volatility, uncertainty, complexity e ambiguity*). (BARRETO, 2019, p. 10).

No que tange, da permeabilidade da Faixa de Fronteira brasileira, o Ministério da Defesa (MD) prevê, no Cenário de Defesa 2020-2039, o aumento do crime organizado transnacional demandando maior participação das Forças Armadas no controle territorial, marítimo, fluvial e aeroespacial, bem como no suporte aos órgãos de segurança pública, principalmente na Amazônia. Além disso, prevê que as organizações criminosas, em algumas situações, suplantarão a capacidade dos órgãos de segurança pública sul-americanos e africanos, exigindo a intervenção de Forças Armadas, e que o poder e o “modus operandi” das organizações criminosas transnacionais exigirão abordagem multilateral integrada para que estas possam ser eficazmente combatidas e suplantadas. (BRASIL, 2017, p.27).

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva é uma Grande Unidade do Exército Brasileiro. Sua localização estratégica, na cidade de Boa Vista – RR, permite a integração com as diversas agências nacionais. Essa brigada por suas características ímpares em sua composição permitem uma grande flexibilidade tanto nas operações de Defesa Externa como também nas Operações Interagências.

As Operações interagências desenvolvidas com diversas instituições possibilitando uma maior integração. Essas operações possibilitam conciliar interesses e coordenar esforços, aumentando a efetividade das ações desenvolvidas nesse complexo cenário regional. Um importante exemplo desse tipo de emprego sinérgico são os diversos níveis da Operação Ágata em todo o território nacional.

Essa importante operação é coordenada pelo Ministério da Defesa com o objetivo de aumentar o ordenamento da fronteira brasileira. A Operação, no estado de Roraima, tem como destacado participante o Exército Brasileiro, sendo executada pela 1ª Bda Inf SI em coordenação com diversas agências como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar do Estado de Roraima, entre outras. Essa operação integrada executa diversas ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira e nas águas interiores nessa região.

Além disso, a região possui um grande fluxo migratório oriundo da Venezuela. Nesse contexto, em paralelo as diversas operações militares na região ocorrem a Operação Acolhida que tem por objetivo o acolhimento de humanitário de venezuelanos que entram no Brasil por aquela fronteira cooperando com o Governo Federal, Estadual e Municipal. Os trabalhos da operação estão organizados em três eixos principais: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização.

Sendo assim, o presente estudo visa a analisar o emprego da 1ª Bda Inf SI na operação Ágata no Arco Norte da Faixa de Fronteira brasileira, no contexto da segurança integrada.

1.1 PROBLEMA

A instituição Exército Brasileiro tem consagrado histórico de sucesso em participações em diversas operações interagências. Pode-se citar como exemplo a atuação sinérgica nos grandes eventos, na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, como observado “a Intervenção Federal já deixa consistente legado à segurança pública, com a melhora da sensação de segurança, queda da violência e reestruturação e capacitação dos OSP”

(CINELLI e DE SOUZA DIAS, 2019, p.109) e nas diversas operações na faixa de fronteira brasileira, contribuindo de forma positiva para a imagem do Exército e das múltiplas agências no Brasil e no exterior. Esse êxito foi reforçado na atuação marcante na Operação Acolhida e Operação Controle na atuação militar brasileira no contingenciamento da crise migratória no estado de Roraima em 2018.

Diante do complexo cenário anteriormente citado, verifica-se a grande importância geopolítica da região Norte e particularmente do estado de Roraima no que tange à defesa do país, tanto quanto, o combate aos crimes transfronteiriços, como é o caso do descaminho de combustíveis, o contrabando e o tráfico de drogas e armas. Neste contexto, surgiu a problemática da pesquisa que foi delineada.

As ações desenvolvidas pela 1ª Bda Inf SI no contexto da Operação Ágata são incrementadas com a realização de diversas atividades efetivas no estado de Roraima. Essas ações coordenadas com as diversas agências exigem adaptações constantes e flexibilidade de planejamento nos diversos níveis.

O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido em torno do seguinte problema: de que maneira a atuação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), na faixa de fronteira norte da Amazônia Ocidental Brasileira, na Operação Ágata contribui no combate aos crimes transnacionais na faixa de fronteira?

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa teve o seguinte objetivo geral e seus quatro objetivos específicos (CRESWELL, 2010).

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar as principais ações da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto da Operação Ágata, que são executados no âmbito das operações interagências no Estado de Roraima, no período de janeiro de 2018 e julho de 2022.

1.2.2 Objetivos específicos

Com o intuito de possibilitar o atendimento ao objetivo geral e facilitar o entendimento do problema formulado, foram criados os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar as características do terreno e a região da Amazônia Ocidental, particularmente do Estado de Roraima;

- b) apresentar a atual constituição da 1ª Brigada de Infantaria de Selva;
- c) apresentar a Operação Ágata no Brasil; e
- d) apresentar as ações da 1ª Bda Inf SI na Operação Ágata no Estado de Roraima.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi limitado nas ações no escopo da Operação Ágata, realizadas pela 1ª Bda Inf SI e outros órgãos e agências, no período compreendido entre 1º de março de 2018 e 30 de junho de 2022, destacando-se as melhores práticas identificadas e suas contribuições para a manutenção do sucesso da missão.

Foram utilizados trabalhos científicos, publicações e relatórios relacionados com os seguintes temas: Operação Ágata, Operação Controle, Operação Acolhida, refugiados venezuelanos, crimes transfronteiriços e Operações interagências. Para isso, buscou-se em base de dados de relevância, como: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); Scopus; Coleção Meira Mattos; e Google Acadêmico. Além disso, foi realizado contato direto com integrantes da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com o intuito de se obter material atualizado relacionado ao assunto.

O espaço a ser considerado foi a faixa de fronteira do Comando Militar da Amazônia, particularmente a abarcada pelo Estado de Roraima, área prioritária de atuação da 1ª Bda Inf SI. As ações a serem observadas foram aquelas voltadas ao patrulhamento da fronteira, realizados no contexto das operações interagências, no escopo da Operação Ágata, colaborando de forma direta com a execução da Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Estratégia Nacional de Segurança Pública de Fronteiras (ENAFRON) e Plano de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF).

As palavras-chaves elencadas são: Operação Ágata, operação interagências, crimes transfronteiriços, 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância desse estudo identifica-se na importância da Operação Ágata como um referencial para ações interagências dessa natureza, contribuindo para a manutenção da paz social no extremo norte do Brasil.

A pesquisa se justifica diante da grande importância geopolítica da região em questão. O estado de Roraima possui diversas áreas de preservação ambiental, sendo fonte constante de tensão o gerenciamento de tais porções. Além disso, o Norte do estado é caracterizado por ser uma região com variada gama de jazidas minerais, possui, ainda, um grande fluxo migratório oriundo da Venezuela, agravado pela situação atual de seu vizinho fronteiriço e por estar localizado próximo ao Atlântico Norte.

A Venezuela vive hoje uma grave crise resultante de anos de radicalização política agravada pela importante queda dos preços do petróleo em 2014. Isso levou o país a uma recessão econômica, em um cenário de elevada inflação e desvalorização monetária, agravados pela grande instabilidade política e extrema violência por parte do governo contra a população (PINTO e OBREGON, 2018).

Nos últimos anos, a região fronteiriça com a Venezuela, principalmente no município de Pacaraima, enfrenta diversos problemas com o grande fluxo diário de imigrantes que tentam entrar no país fugindo da crise política e econômica do regime de Nicolas Maduro. Essa situação colabora diretamente com o agravamento das tensões geopolíticas na região.

Assim, a proposta desta pesquisa é relevante para o Exército Brasileiro e o país com base nos fatores acima elencados, que demonstram a importância geopolítica da região, bem como, a necessidade de se ter ações efetivas desencadeadas pela Grande Unidade e diversas agências estatais e não governamentais que operam na referida região, possibilitando a manutenção da soberania e a presença do Estado nessa destacada faixa de fronteira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que orientou o presente trabalho foi o arcabouço normativo que positiva a atuação das Forças Armadas no território nacional, particularmente nas ações coordenadas com as diversas agências com o objetivo de atuação na faixa de fronteira.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 fundamenta em seu artigo 142 a missão constitucional das Forças Armadas, como instituições permanentes, regulares e organizadas com base na hierarquia e na disciplina. Tendo como base “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. (BRASIL, 1988).

Além disso, o detalhamento referente ao preparo e emprego serão regulados por leis complementares.

Art. 16 - A Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar territorial e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras. (BRASIL, 2010).

As leis Complementar nº 097, de 09 de junho de 1999, adaptada com a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem como objetivo aprofundar tema abarcado pela Constituição Federal. Nesse contexto, essa legislação positivou as diversas tarefas que podem ser desenvolvidas na área de fronteira do território brasileiro, particularmente pelo Exército Brasileiro e pelas demais Forças Armadas. Assim, a norma define como atribuições subsidiárias, sem atentar as competências exclusivas das polícias judiciárias, a ação preventiva e repressiva nas faixas de fronteira, no mar territorial e nas águas interiores. A atualização do arcabouço jurídico foi de grande importância para a atuação nesse sensível ambiente operacional na região de fronteira do território nacional, com impacto nas atividades de revista de indivíduos e dos meios de transporte nos modais terrestre, aéreo e fluvial.

A PND expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2016A).

A Política Nacional de Defesa é um documento produzido pelas Forças Armadas e aprovado pela presidência da república que com o direcionamento do planejamento de alto nível, abarcando diversos setores, porém com ênfase na expressão militar com o objetivo de preservar os interesses nacionais. Assim, essa importante manifestação permite a organização de medidas e ações para a proteção nacional contra as diversas ameaças observadas no complexo cenário atual.

O PPIF terá como objetivos: integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima, integrar e articular com países vizinhos as ações ,aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços; e buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF .(BRASIL, 2016B).

O Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF) busca de forma coordenada a fiscalização, ao aumento da prevenção, o controle e a repressão aos diversos delitos

transfronteiriços em território nacional. Nesse contexto, essa abordagem tem grande alinhamento com os importantes preceitos constitucionais, sendo considerada de fundamental valor para defesa do território brasileiro, com seu emprego abarcado pela legislação nacional. Além disso, esse programa busca a integração sistêmica entre órgãos, entes federativos e países vizinhos para aumentar as ações efetivas e a diminuição dos crimes transfronteiriços.

Assim, a observação do ordenamento normativo pátrio estará presente em todo o trabalho, permeando a abordagem do assunto com a finalidade de observar a evolução constante das normas.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa foi de caráter qualitativo, privilegiando relatos e análises de documentos para entender, de uma forma mais abrangente, as principais ações da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Operação Ágata, em virtude da interação com as diversas agências participantes de forma direta e indireta na operação. Sendo empregada a taxionomia de Vergara, essa pesquisa abarcará a vertente histórica, documental, explicativa, bibliográfica e descritiva (VERGARA, 2008).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois buscou retratar as principais ações que a Operação Ágata desenvolveu, verificando-se os procedimentos que são empregados. Com o objetivo de entender o caso de sucesso dessa operação interagência.

Ainda, realizou-se um estudo documental e bibliográfico, pois utilizando-se de fontes de consultas consideradas cientificamente autênticas como base de investigação, visando esclarecer os principais fatores de êxito da missão. A pesquisa apresentou fundamentação teórica-metodológica na busca dos assuntos relacionados em manuais, livros e artigos com acesso livre. Da mesma maneira, procurou verificar a possibilidade de aplicação desses parâmetros em missões interagências futuras e em outras Grandes Unidades do Exército Brasileiro.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo do presente estudo foram os principais manuais, diretrizes e artigos relacionados ao emprego da 1ª Brigada de Infantaria de Selva as operações militares, no

estado de Roraima, bem como sobre a capacidade de coordenação com as diversas agências.

As amostras que foram utilizadas referem-se ao período compreendido entre janeiro de 2018 e julho de 2022. O universo do presente estudo foram as Forças Armadas Brasileiras na atuação na Operação Ágata. Como principais amostras foram utilizadas as do tipo não probabilísticas e classificadas como sendo de acessibilidade, sendo elas as principais atividades das diversas agências no escopo desse processo, com a finalidade de encontrar as ações realizadas pelas diversas agências em Roraima.

No entanto, a presente pesquisa ficou limitada ao levantamento documental dos citados arquivos, tomando como base a estruturação, relatórios ostensivos e as lições aprendidas.

3.3 COLETA DE DADOS

A referida pesquisa realizou a coleta de dados em literatura existente acerca do assunto, empregando pesquisa bibliográfica, abrangendo livros, jornais, revistas especializadas, artigos, monografias, manuais e dissertações, além de variada gama de documentos ostensivos que apresentarem dados importantes para este trabalho. Este processo observou as regulações do Departamento de Pesquisa e Pós-graduação do Exército Brasileiro. Destarte, realizou-se a fundamentação teórica para encontrar as principais premissas empregadas nas ações da 1ª Bda Inf SI na Operação Ágata.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O método de tratamento de dados utilizado no presente estudo foi a análise de conteúdo, no qual foram realizadas análise de textos para se obter a fundamentação teórica para se responder o problema proposto.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodológicas, da presente pesquisa, possui limitações, que consistem na ausência de estudo de campo e entrevistas, sendo justificada pelo reduzido tempo para sua execução. Além disso, situação é a carência de trabalhos acadêmicos relacionados ao tema com enfoque de outras agências envolvidas nessas operações.

No entanto, por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, sendo realizado em

aproximadamente oito meses, o método escolhido é considerado adequado e possibilitou o atingimento dos objetivos propostos. Sendo a proposta da exploração seguir uma abordagem qualitativa, tendo como objetivo esclarecer às questões de estudo por intermédio da observação direta do objeto apresentado.

4 A CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL

O ambiente operacional que abarca o Estado de Roraima possui importantes aspectos que influenciam de forma direta as operações nessa região. Nesse contexto, a caracterização do ambiente (Roraima e faixa de fronteira terrestre do Brasil) serve para aumentar o conhecimento acerca das peculiaridades, além de situar no espaço o tema que será abordado.

Assim, com base na Política Nacional de Defesa (2016a), a vasta extensão territorial, a baixa densidade demográfica da Amazônia brasileira e as dificuldades de mobilidade impostas por suas características, além de um vasto potencial hídrico, os variados recursos minerais e a grande biodiversidade que abriga, demandam a presença efetiva do Estado brasileiro, com a presença das diversas agências e a busca constante pela maior integração dessa singular região.

Com base no Portal Roraima (2019), o estado é uma área característica da Região Norte do Brasil, sendo o estado mais setentrional da federação brasileira. Possui 1.922 quilômetros de fronteira com países sul-americanos, sendo a Venezuela ao norte e noroeste e a Guiana a leste. No Brasil, faz limite com o Amazonas ao sul e oeste; e Pará ao sudeste. Além disso, possui aproximadamente 224 300,506 km² de área. Além disso, Boa Vista, é a única capital brasileira ao norte da Linha do Equador. Tendo o Monte Roraima, localizado na Serra Pacaraima, como o ponto mais alto do estado e um dos mais elevados do país, com 2.772 metros.

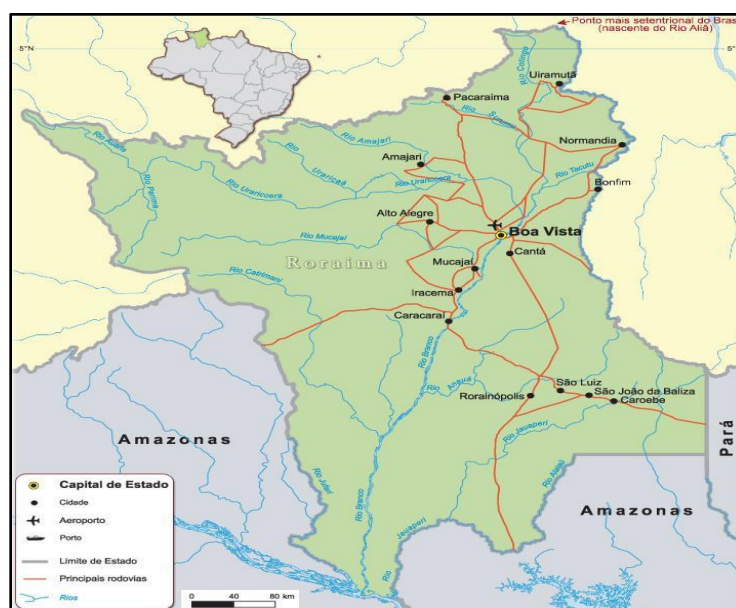


Figura 1 – A hidrografia no Estado de Roraima.

Fonte: Roraima (2019).

A hidrografia da Região Amazônica apresenta, além do curso principal, o rio Solimões/Amazonas, com dimensões únicas no globo (mais de 6.000 km da nascente até a foz e a maior descarga de água doce lançada aos oceanos), tributários, também, de grande monta. Assim, um vasto e denso conjunto de rios e cursos de água de menor extensão e volume, constituem uma grande rede natural apta ao transporte fluvial. (BRASIL, 2006b, p.124).

A região amazônica possui vasta rede hidrográfica, possibilitando a ligação entre as diversas partes dessa vasta área com a utilização desse destacado modal. As variações de nível e regimes pluviométricos devem ser levados em consideração, pois esses aspectos tem impacto direto nas mais diversas atividades logísticas e operacionais.

As águas do estado de Roraima se caracterizam por serem apenas continentais. A região Norte, e em especial o estado de Roraima objeto desta análise, privilegia-se por possuir uma riqueza incomensurável do recurso mineral água. Fundamentada exclusivamente em águas interioranas, tem no rio Branco seu principal manancial, afluente principal da margem esquerda do rio Negro, com extensão de 581 km. A bacia do Rio Branco apresenta uma área aproximada de 242 600 km², sendo que desta área 5% pertencem à Guiana e o restante ao Brasil, abrangendo apenas terras no estado de Roraima. (IBGE,2009, p.16).

O estado de Roraima possui como principal curso de água em sua região o Rio Branco, sendo parte da sub-bacia do Rio Negro. Esse possui boa navegabilidade durante grande parte do ano, possibilitando a ligação com o estado do Amazonas. Nesse contexto, os rios Uraricoera, Amajari e Parimé que possuem muitas corretezas e cachoeiras em seus cursos, o que pode trazer um bom potencial energético, no entanto prejudica de forma consistente a navegação e as operações em determinados períodos do ano. Tendo ainda, os rios Mucajaí, que nasce na Serra do Parima, como outro importante curso de água nessa região.



Figura 2: Visão aérea do Rio Branco Estado de Roraima.

Fonte: Roraima, 2019.

O estado de Roraima possui uma malha rodoviária bastante limitada e não possui malha ferroviária. O posicionamento geográfico dessa região no extremo norte do país e o afastamento dos grandes centros decisórios do Brasil, dificultam sua ligação com os outros estados da federação. Nesse contexto, a rodovia BR-174 desempenha papel de destaque, permitindo a conexão do estado e o escoamento de cargas e matérias diversos, esse eixo permite a ligação do importante polo regional de Manaus-AM até a cidade de Pacaraima-RR, fronteira seca com à Venezuela, configurando o eixo penetrante Norte no estado. Além disso, a BR-401 permite a ligação com o município de Bonfim, na fronteira com a Guiana, facilitando o contato com esse país e abrindo uma possível região de comércio com portos localizados no Mar do Caribe.

Nesse contexto, é importante salientar a grande dependência logística da BR-174, que combinada com a problemática energética, pois o estado de Roraima permanece sendo o único fora do Sistema Integrado Nacional (SIN) de transmissão de Energia, aumentam a dependência nesse eixo. Esses fatores combinados com a geografia da região e a limitação de modais contribui diretamente para o grande fluxo nessa importante rodovia federal e os reflexos que a interrupção do fluxo na mesma pode gerar para o Estado.



Figura 3 – Mapa Rodoviário do Estado de Roraima.

Fonte: Neto, 2012.

Além disso, o Estado apresenta variadas rodovias estaduais e outras federais que em sua maioria não possuem revestimento asfáltico. Essas vicinais possibilitam a ligação com o interior do estado de Roraima e regiões mais afastadas do entorno da cidade de Boa Vista. Assim, a RR-201, RR-171, RR-203 e RR-433, possibilitam maior permeabilidade em diversas áreas do estado, porém com grande dependência de condições meteorológicas em boa parte do ano, devendo ser considerado essas dificuldades na fase de planejamento das operações.

Por ser bastante diferenciado, o relevo é dividido em cinco degraus: O primeiro degrau abriga áreas do estado de acumulação inundáveis, que não apresentem propriamente uma forma de relevo, mas que estejam cobertas por uma fina camada de água; o segundo degrau seria o pediplano Rio Branco, uma unidade de relevo de enorme expressão na unidade federativa, pois ocupa grande parte de suas terras. Nesse pediplano, as altitudes variam de 70 a 160 metros e possuem fraca declividade rumo à calha dos rios. O terceiro degrau é formado por elevações que podem chegar a 400 metros de altitude. São serras como a serra da Lua, serra Grande, serra da Batata e outras. O quarto degrau caracteriza-se por elevações que podem variar de 600 a 2.000 metros de altitude, formado principalmente pela cordilheira do Pacaraima, serra do Parima e serra do Urucuzeiro. Estas serras estão unidas em forma de cadeias e nela nascem os rios que formam o rio Uraricoera. Por fim, o quinto degrau, agrupa as regiões mais altas, formado por elevações que chegam a quase 3.000 metros de altitude. (RORAIMA, 2019).

Ainda, o relevo da região é bastante variado, tendo grande impacto nas atividades desenvolvidas no Estado. A área da cordilheira de Pacaraima, próximo a fronteira com a Venezuela são bem características e contrastam com a porção mais ao sul de Roraima, marcada pelas baixas altitudes. Essa faixa do território forma grandes áreas alagadiças em determinados períodos marcados pelas chuvas, com grande preponderância nos meses de maio até agosto.

No estado de Roraima são ainda encontradas muitas áreas cobertas por vegetação natural não degradada. Isto se deve ao fato de o estado até poucas décadas atrás apresentar falta de infraestrutura viária, tornando o acesso difícil para o deslocamento da população e sua interiorização. Aliado às condições viárias agrega-se o fato da existência ali de muitos grupos indígenas que conservam essas áreas, pois delas são retiradas as suas principais fontes de alimentos. A cobertura vegetal do estado de Roraima compreende um importante conjunto de formações primárias (florestais e campestres). As áreas de floresta ocupam a maior porção do estado e são constituídas, principalmente, pela Floresta Ombrófila Densa, que ocorre maciçamente a oeste, noroeste e sudeste. As áreas de Savanas, conhecidos por Campos e Cerrados, ocupam as partes centro-leste e nordeste do estado, perfazendo 17% do total do Estado. Nesta parte do estado são encontradas algumas Terras Indígenas, a Floresta Nacional de Roraima, onde são praticadas atividades extrativas, como a coleta de folhas,

frutos e sementes empregados na farmacologia, na medicina e na alimentação da população local. O estado de Roraima detém um enorme mosaico de terras indígenas em domínio Florestal e de Savana que ajuda na preservação de suas terras. A inexistência de tecnologias alternativas de manejo autossustentável dos recursos vegetais (florestais) inibe a exploração da atividade madeireira em nível industrial, deixando a atividade com cunho estritamente extrativista e predatória da vegetação nativa. (IBGE, 2009, p.16).

As variadas composições de biomas em Roraima é uma marca característica dessa região. As florestas estão presentes na em grande parte deste estado, exigindo a coordenação constante entre as diversas agências que atuam nessa importante porção do território nacional. Além disso, a presença dos Lavrados diferencia essa porção da Amazônia Legal, sendo marcados por árvores mais esparsas e arbustos isolados, influenciando no emprego de meios variados nessas áreas pelas particularidades dessa vegetação.

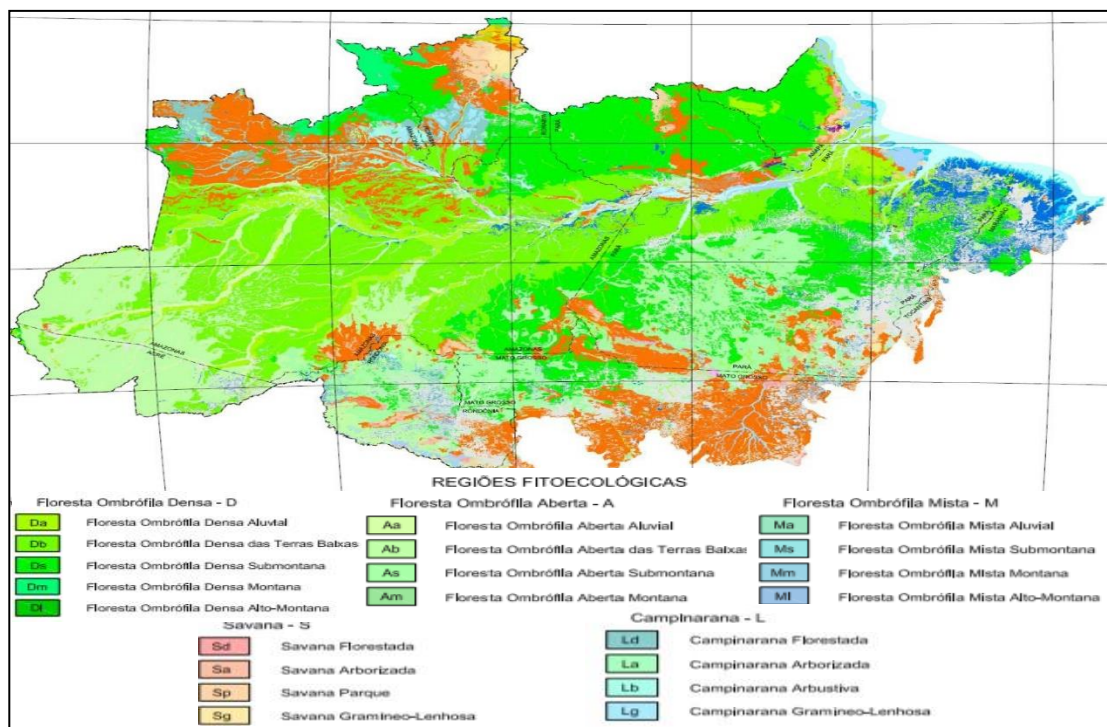


Figura 4: Biomas na Região Amazônica.
Fonte: BRASIL, 2006a.

O estado de Roraima tem como uma de suas características marcantes o fato de possuir grande parcela de sua área como Terra Indígena (TI). O Estado conta com cerca de 46 % (quarenta e seis) de sua área como indígena demarcadas ou homologadas. As comunidades como Ananás, Anaro, Aningal, Anta, Araçá, Barata, Livramento, Bom Jesus, Boqueirão, Cajueiro, Canuanim, Jabuti, Jacamim, Malacacheta, Mangueira, Pium,

Moskow, Muriru, Ouro, Pium, Ponta da Serra, Raimundão, Raposa Serra do Sol, Santa Inez, São Marcos, Serra da Moça, Sucuba, Tabalascada, Trombetas / Mapuera, Truaru, Waimiri-Atroari, Waiwái e Yanomami. É importante salientar que grande parte das riquezas minerais estão localizados nessas porções. As Terras Indígenas por suas características são protegidas pelo ordenamento pátrio, tendo regras bastante rígidas de proteção e para a regulamentação da exploração econômica. A combinação de proximidade com a faixa de fronteira, áreas com grande potencial para a extração minerais e o afastamento de centros urbanos, favorecem o surgimento de atividades ilícitas na região. Esses aspectos tem grande influência no planejamento e no emprego de tropa nas diversas operações interagências desenvolvidas no extremo norte do país.

Possui 224 300,506 km² de área. Desta, aproximadamente 104 018 km² são áreas indígenas, representando quase metade do território da unidade (46,37%). A área de preservação ambiental no estado, de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também é extensa, sendo 18 879 km², um total de 8,42%. Por este motivo, Roraima é o estado brasileiro com o segundo maior percentual de território ocupado por áreas protegidas, perdendo apenas para o estado do Amapá. (RORAIMA, 2019).

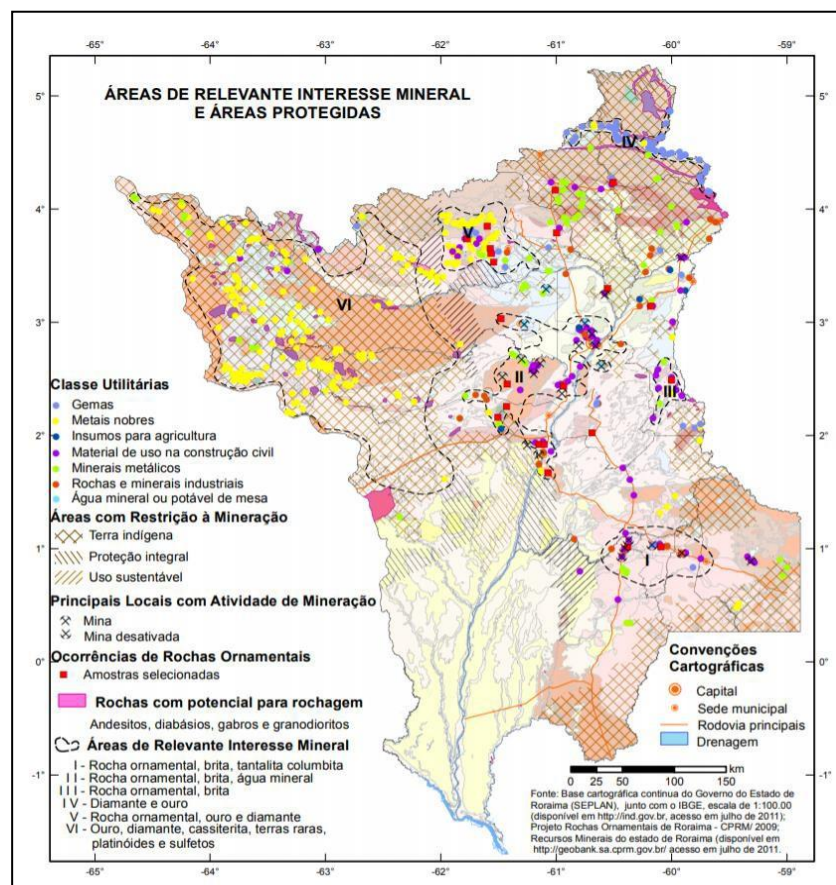


Figura 5: Áreas de relevante interesse mineral e áreas protegidas.
Fonte: CPRM /Serviço Geológico do Brasil.

Além disso, outro importante fator na região é a situação do fluxo migratório na fronteira com a Venezuela. De acordo com Vaz (2017), a crise que a Venezuela é apresentada como consequência da interação de três importantes aspectos: o comprometimento da condição de governabilidade; a pujante deterioração da condição econômica e a generalização da crise social.

A instabilidade na Venezuela é fruto de acentuada erosão da legitimidade do governo conduzido por Nicolas Maduro. Essa problemática teve um agravamento constante nos últimos anos, gerando o crescente isolamento internacional do país vizinho. A elevada inflação e as variações provocadas pelo cenário mundial foram potencializadas pela pandemia de Covid, gerando consequências variadas como aumento da violência, desigualdade social e o recrudescimento da criminalidade.

Essa situação gerou um fluxo migratório crescente para os países da América do Sul, com grande impacto nas cidades fronteiriças. Pois grande quantidade de venezuelanos e suas famílias abandonaram tudo que possuíam em sua terra natal em busca de melhores condições de vida nos países do entorno, buscando abrigo, acesso insumos básicos e segurança. Nesse contexto, as cidades como Pacaraima, Boa Vista e Manaus receberam em um curto espaço de tem grandes quantidades de migrantes, alterando de maneira significativa essas localidades.

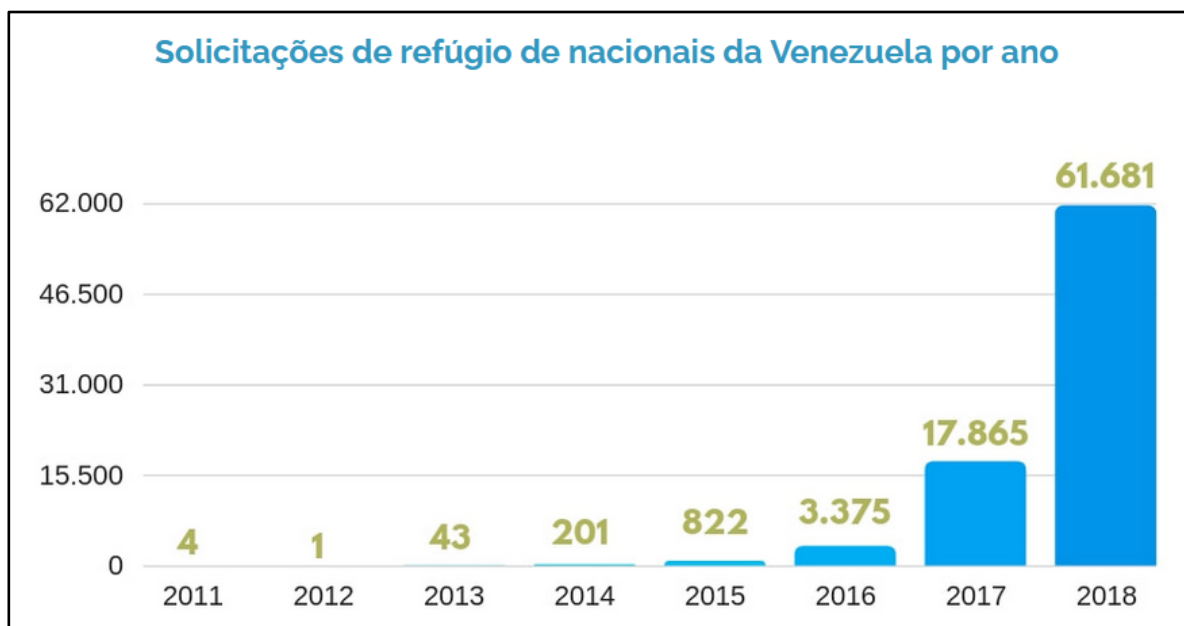


Figura 6: Quantidade de solicitações de refúgio no Brasil por venezuelanos.
Fonte: Refúgio em números 4ª Edição. Conselho Nacional para Refugiados.

O intenso fluxo de migrantes venezuelanos, intensificou de forma direta os variados problemas psicossociais existentes em Roraima, região utilizada como principal porta de entrada refugiados em território nacional. O crescimento da criminalidade, a sobrecarga do sistema de saúde e educação e o aumento do desemprego foram algumas das adversidades colocadas para a sociedade roraimense.

Nesse contexto, a atuação da Operação Acolhida realizada pelo Estado Brasileiro com objetivo de proteger os venezuelanos em situação de vulnerabilidade e integrar os mesmos social e economicamente no País. Essa atuação coordenada entre variadas agências nacionais e internacionais possibilitam a diminuição do sofrimento desses migrantes. A operação atua em três eixos: o ordenamento da fronteira, o abrigamento dos imigrantes e a interiorização.

Essas ações são de grande importância para a região, com seus resultados gerando impactos positivos direto para a população local, principalmente em cidades como Pacaraima e Boa Vista. Cabe destacar a realização da atividade de interiorização que atua na transferência de migrantes venezuelanos voluntários para outras partes do Brasil, além do apoio na sua inserção social e no mercado de trabalho nesses novos destinos.

Dessa maneira, o cenário atual apresentado no estado de Roraima é apresentado como de um território fronteiriço com particularidades como inconvenientes para o deslocamento terrestre, dificuldade de ligação com outros estados da federação, vasta diversidade animais, vegetação e riquezas minerais, presença de grandes vias navegáveis, limitações tecnológicas e energéticas, extensas porções de terra com pequena ocupação humana. Sendo este cenário volátil agravado por situações como o aumento do fluxo migratório na região, configurando uma presença deficitária do Estado Brasileiro em algumas regiões, o que pode propiciar a possibilidade de ocorrência de ilícitos nessa porção do território nacional, necessitando de grande coordenação entre as diversas agências do poder público.

5 A 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

A Brigada está caracterizada como a Grande Unidade básica do Exército Brasileiro, integrada por organizações militares de combate, de apoio ao combate e de apoio administrativo, possuindo a capacidade de atuar independentemente. (BRASIL, 1984).

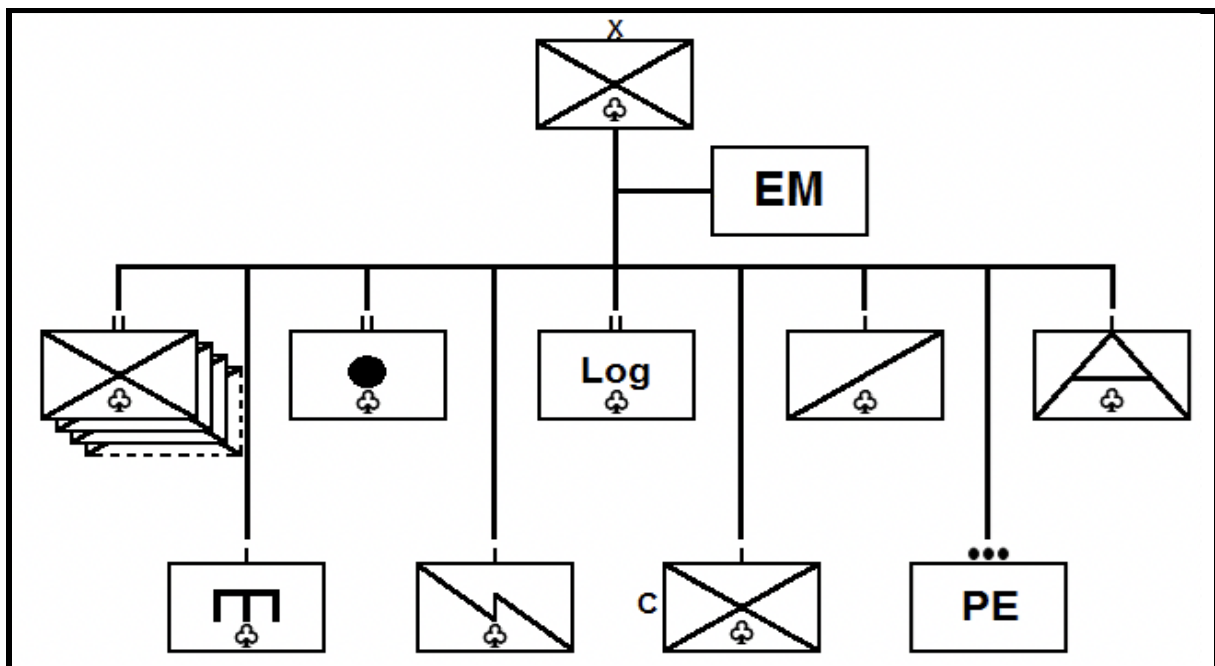


Figura 7: A organização da Brigada de Infantaria de Selva.

Fonte: Brasil (1984).

As Brigadas apresentam possibilidades e limitações e estas estão diretamente ligadas ao tipo de unidades de manobra, de apoio ao combate, de apoio administrativo e das peças em reforço. Entretanto, as Brigadas de Infantaria possuem possibilidades em comum, quais sejam: conduzir operações ofensivas e defensivas como força independente ou compondo uma força maior, organizar-se para o combate, executar missões de segurança para uma força maior, participar de operações combinadas e contra forças irregulares, receber elementos de apoio, explorar os efeitos de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares e, cumprir missões num quadro de segurança interna. (BRASIL, 1984).

As Brigadas de Infantaria de Selva são as Grande Unidades preparadas para planejar e conduzir operações em ambiente de selva. Essas brigadas possuem

possibilidades próprias de deslocamentos através selva densas, a pé ou com embarcações e/ou aeronaves. As tropas constituintes dessas brigadas estão aptas a trabalharem em grandes áreas com enormes espaços vazios, em pequenas frações e de maneira altamente descentralizadas, assim como, preparadas física e psicologicamente, para a sobrevivência e combates prolongados nesse ambiente operacional. (BRASIL, 1984).

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva é a Grande Unidade responsável pela defesa e controle das fronteiras na região do Estado de Roraima, no âmbito do Exército Brasileiro.

A 1ª Bda Inf SI, alinhada com a missão do Exército Brasileiro (EB), segue o previsto na Constituição Federal e arcabouço jurídico em vigor. Dessa maneira, esta Grande Unidade permanece em condições de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, cooperar com o desenvolvimento nacional, com a defesa civil, o bem estar social, atuando de maneira preventiva e repressiva na faixa de fronteira do estado de Roraima, devendo ser dotada com uma estrutura com a devida flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade, que permitam executar operações de Guerra (Op Ofensivas e Defensivas) e Não Guerra (Operações de Cooperação e Coordenação com Agências) de forma a fazer frente às ameaças impostas.

O Estado de Roraima teve suas primeiras tropas presentes desde o ano de 1775, sendo estas de origem portuguesa, que ocuparam o Forte São Joaquim da Barra, às margens do Rio Branco. Em 1952, quando da criação do Território Federal de Rio Branco, foi criado o 1º Pelotão de Fronteira em Boa Vista, o qual, em 1961, se transformou em 9ª Companhia de Fronteira. Em 1969, esta Companhia foi remodelada e passou a ser denominada 2º Batalhão Especial de Fronteira, juntamente ao qual foram implantados 03 Pelotões de Fronteira nas localidades de Bonfim, Normandia e Pacaraima. Então somente em 1992, o Batalhão passou a ser chamado de Comando de Fronteira Roraima/ 7º Batalhão de Infantaria de Selva. Anterior a isso, em 1968, foi criado o 6º Batalhão de Engenharia de Construção. (PEREIRA, 2017).

Dentro da conjuntura à época da década de 1990 e do cenário prospectivo que se vislumbrava naquele futuro, surgiu a necessidade de ampliar as capacidades da Força Terrestre naquela porção setentrional do país como a transferência de uma brigada para a capital Boa Vista, surgindo assim a 1ª Brigada de Infantaria de Selva no ano de 1992, integrando o Comando Militar da Amazônia. (PEREIRA, 2017).

Essa importante Brigada teve sua origem ligada à criação, em 21 de agosto de 1945, do Grupamento de Unidades escola, com sede na Vila Militar, no Rio de Janeiro-RJ. Após

diversas pequenas alterações em sua composição e na localização de sua sede para Petrópolis, ainda no estado do Rio de Janeiro. Por fim, em 1º de janeiro de 1992, seguindo o Decreto Presidencial de 13 de novembro de 1991, a mesma foi transferida para Boa Vista, já com a atual denominação de 1ª Brigada de Infantaria de Selva, recebendo posteriormente sua denominação histórica de Brigada Lobo D'Almada. (BRASIL, 2022a).

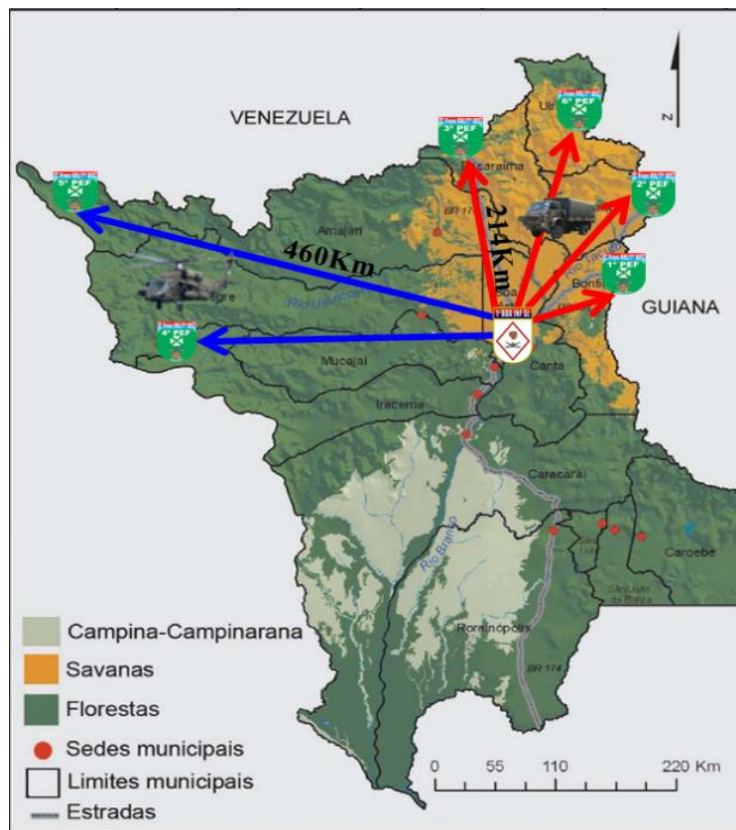


Figura 8: Área de emprego da 1º Bda Inf Sl.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022b.

5.1 MISSÃO

A missão da Brigada Lobo D'Almada é defender o Estado Brasileiro, prioritariamente em Roraima, em destaque a faixa de fronteira, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme estabelecido em lei. Além disso, estar em condições de realizar operações de garantia da lei e da ordem, ações subsidiárias, participar do desenvolvimento regional e da defesa civil e, ainda, garantir os poderes constitucionais. Dessa maneira, cooperar com o Comando Militar da Amazônia na defesa da Pátria, sobretudo na garantia da soberania nacional na região amazônica. (BRASIL, 2022b).

5.2 COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva é composta por elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. Tendo como característica marcante a maioria de seus meios localizados na cidade de Boa Vista-RR.

As unidades de combate que integram a Bda são 02 (dois) Batalhões de Infantaria de Selva e 01 (um) Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, sendo este esquadrão a única tropa mecanizada de todo o Comando Militar da Amazônia.

As unidades de apoio ao combate que integram a 1ª Bda Inf SI, são 01 (um) Grupo de Artilharia de Selva, dotados de 01 (uma) Bateria de obuses AR Light Gun 105 milímetros e 01 (uma) Bateria de obuses Oto Melara 105 milímetros, 01 (um) Pelotão de Comunicações e 01 (um) Pelotão de Polícia do Exército. Sendo o apoio de engenharia prestado por elementos do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, subordinado ao 2º Grupamento de Engenharia. (BRASIL, 2022b).

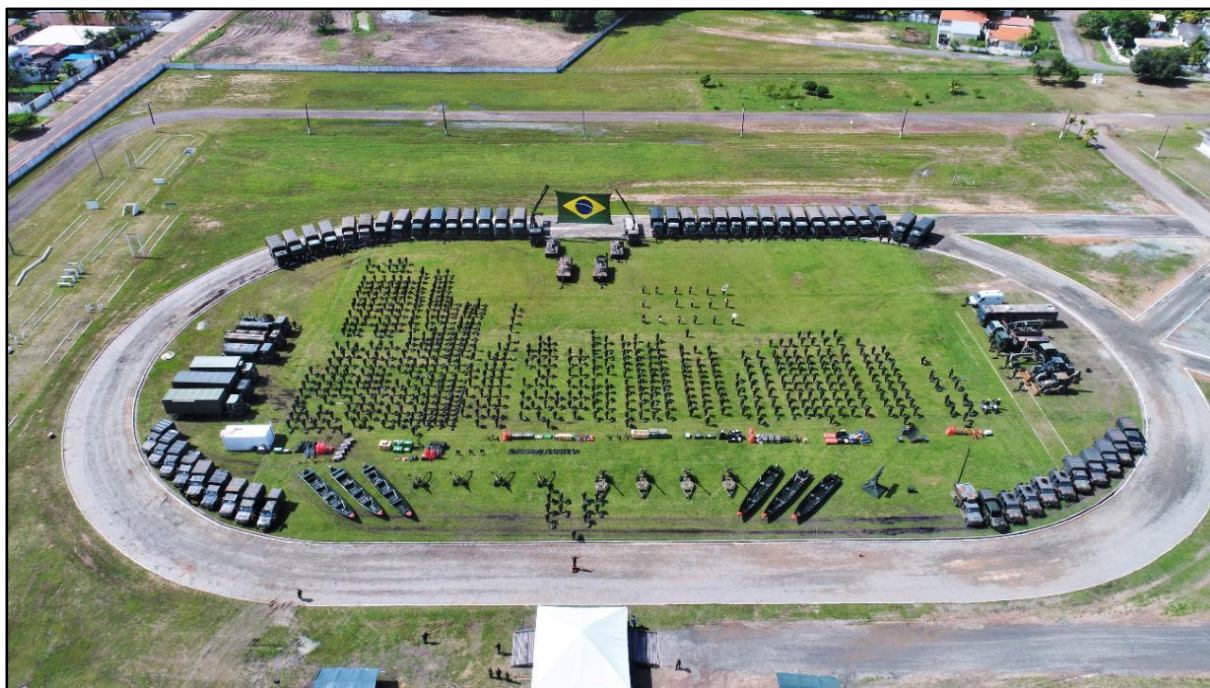


Figura 9: Apronto Operacional da 1ª Bda Inf SI.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022b.

O apoio logístico da Brigada em todas as atividades operacionais e administrativas é prestado pelo 1º Batalhão Logístico de Selva. Ainda, essa Grande Unidade possui a Companhia de Comando, sua Base Administrativa e Posto Médico de Guarnição de Boa Vista-RR.

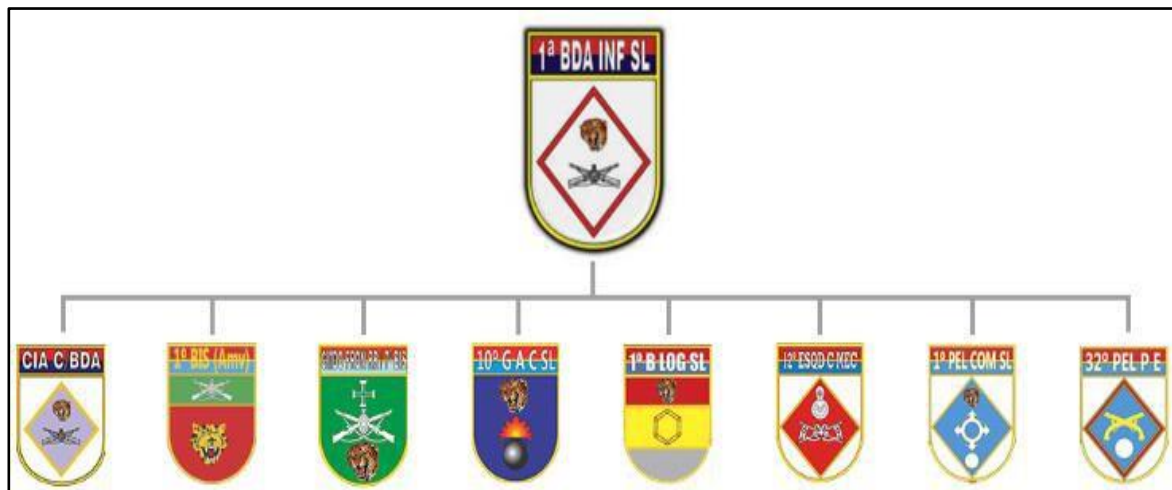


Figura 10 - Organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022b.

Ainda, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva conta com 6 (seis) Pelotões Especiais de Fronteira, estando esses distribuídos em toda a faixa de fronteira Norte do estado de Roraima. Sendo localizados nas regiões de Pacaraima, Surucucu e Auaris, na faixa de fronteira com a Venezuela e nos municípios de Bonfim, Normandia e Uiramutã, na fronteira com a Guiana. A coordenação direta das atividades desenvolvidas por esses pelotões é realizada pelo Comando de Fronteira Roraima/ 7º BIS. É importante salientar que as atividades desenvolvidas nesses pelotões possuem grande relevância no cenário regional.

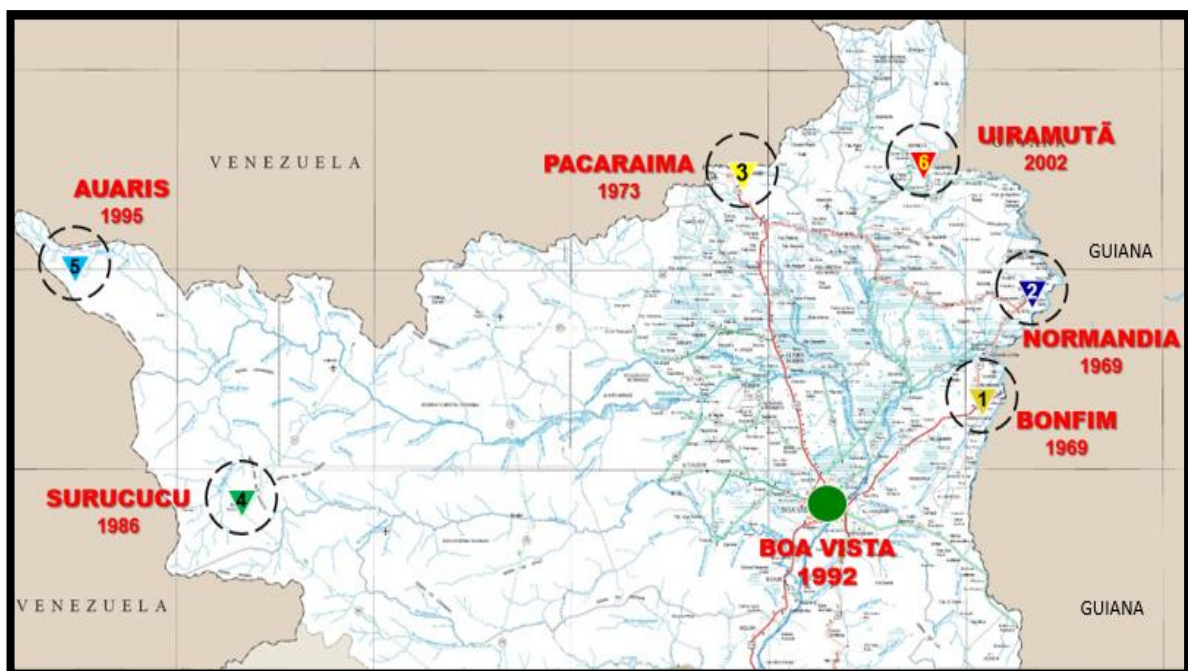


Figura 11: Pelotões Especiais de Fronteira no Estado de Roraima.

Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022b.

Assim, é importante salientar que essa composição flexível permite uma atuação bastante efetiva em todo o Estado de Roraima. Além disso, a aproximação com diversos órgãos e agências permite uma atuação sinérgica em prol dos interesses do Estado brasileiro. Além disso, essa Grande Unidade está em constante transformação, estando com diversos projetos abarcados pelo Plano Estratégico de Exército (PEEx) em desenvolvimento.

5.3 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Tendo como base, o manual C 7-30, Brigadas de Infantaria (BRASIL, 1984), as brigadas de infantaria possuem algumas características que são traduzidas em algumas capacidades comuns como: as conduzir operações ofensivas ou defensivas como uma força independente ou parte de uma força maior, organizar-se para o combate adaptando-se à missão e ao terreno em que operará, participar de operações combinadas, entre outras. Além disso, a 1ª Bda Inf SI possui possibilidades próprias das tropas dessa natureza como: a capacidade de deslocamentos através de selvas densas e emaranhadas em com solo irregular, a utilização de variados modais, a preponderância do emprego das pequenas unidades, atuar em condições climáticas adversas, executar operações ribeirinhas e aeromóveis e operar com limitado apoio logístico.

Nesse contexto, a 1º Brigada Infantaria de Selva apoia os diversos órgãos e agências com suporte logístico em diversas operações interagências durante o ano. Esse apoio é materializado em variadas atividades como transporte de tropa, apoio para deslocamento de material apreendido, suporte de C2 nas atividades operacionais, entre outros. Essas características colaboram com o incremento da integração entre os diversos atores de destaque no estado de Roraima, possibilitando grande eficiência nas Operações de Cooperação e Coordenação e com Agências (OCCA).

Nesse contexto, o C 7-30 (BRASIL,1984), define como algumas limitações importantes: a limitada mobilidade veicular, limitada proteção contra veículos blindados, a limitada proteção contra os efeitos de armas e agentes QBNR; mobilidade limitada à velocidade de deslocamento a pé e dos meios aquáticos e reduzida potência de fogo.

No entanto, a presença de tropa de natureza blindada, composta pelo 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec) única tropa dessa natureza em todo o Comando Militar da Amazônia, confere elevada mobilidade amplia a gama de possibilidade de

emprego dessa singular brigada de selva, agregando uma vasta gama de capacidades operacionais para serem utilizados nas áreas de interesse da Grande Unidade. Essas características somadas a potência de fogo permitem o emprego eficiente tanto na área de selva, bem como o desdobramento dos meios na região de lavrado, fato de grande importância para a condução das diversas operações pela brigada.



Figura 12: Novas VBTP Guarani do 12º Esqd C Mec.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022g.

Nesse cenário, o processo de transformação da 1ª Bda Inf SI, com base nas diretrizes do Plano Estratégico do Exército (PEEx) prenunciam uma série de modificações que num futuro próximo agregarão ainda mais capacidades para essa importante Grande Unidade. Dessa maneira, proporcionando melhores condições para a defesa do território nacional e no emprego coordenado com as diversas agências nas variadas operações desenvolvidas no cenário nacional.

6 A Operação ÁGATA

A tentativa de consolidação da segurança integrada marca um longo processo no cenário nacional. Assim, diversas iniciativas foram adaptadas com o objetivo de fortalecimento da cooperação entre os diversos entes do Estado Brasileiro, buscando maior efetividade nas ações coordenadas pelas diversas agências que representam a presença estatal nos mais variados rincões do Brasil.

A Política Nacional de Defesa (PND) define segurança como a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais. A Segurança está relacionada à percepção da existência de ameaças que, eventualmente, podem se transformar em agressões. Tais ameaças podem ter origem e implicações no âmbito externo ou interno do país, podendo afetar, total ou parcialmente, os diversos campos do poder nacional. (BRASIL,2020, p.3-1).

Nesse contexto, o Exército aprovou, por intermédio da Portaria Nº 061, de 16 de fevereiro de 2005, a Diretriz Estratégica para a atuação da Força Terrestre na Faixa de Fronteira no combate aos delitos transfronteiriços e crimes ambientais, essa iniciativa buscou normatizar as diversas atividades militares com objetivo de fortalecer o combate as problemáticas existentes nessas porções singulares do território nacional.



Figura 13: Área de atuação dos Comandos Militares na Operação Ágata.
Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2022c.

O Manual EB70-MC-10.248 (BRASIL, 2020), assim define ilícito transnacional:

Ilícito Transnacional - Dentre as diversas abordagens existentes na literatura especializada, é definido como um “efeito colateral” das dinâmicas de globalização e intensificação de fluxos de bens, pessoas e capitais. Ao lado dos benefícios do processo de integração e crescente interdependência entre as nações, surgem, paralelamente, oportunidades de lucro para 18 organizações e redes criminosas de alcance transnacional. - As atividades ilícitas transnacionais mais comumente tratadas são: o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o tráfico de pessoas, o contrabando e o descaminho, a lavagem de dinheiro, a corrupção e o crime cibernético. (BRASIL, 2020, p.97).



Figura 14: Principais rotas do tráfico na América do Sul.
Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2022c.

Nesse contexto, o Brasil, por suas vastas proporções e localização próxima a grandes países produtores de ilícitos, tem buscado o incremento das ações das diversas agências do poder público na faixa de fronteira, com o objetivo de atuar diretamente na diminuição do trânsito desses produtos nas diversas rotas de escoamento. Essa atuação crescente fomenta a realização de diversas operações coordenadas na fronteira nacional.

Ainda, o Manual de Operações Interagências (BRASIL, 2020), o tema ações na faixa de fronteira avulta de importância no âmbito do Exército Brasileiro, como é possível observar:

As ações desencadeadas na faixa de fronteira visam a ampliar a capacidade do Estado em prover controle e segurança nessa porção de seu território, atuando no apoio aos órgãos governamentais, aos quais cabe, por destinação legal, realizar a prevenção e a repressão a ilícitos. A Força Terrestre, quando empregada, normalmente em caráter episódico e em área definida em diplomas legais, o fará em ambiente interagências. Essas ações são normalmente caracterizadas pela complexidade na execução, o que enfatiza a necessidade de busca pela unidade de esforços com os demais agentes do Estado envolvidos, particularmente os órgãos de segurança pública (OSP), de controle aduaneiro e de preservação ambiental. (BRASIL, 2020, p.4-3).

O Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) foi instituído, em 2011, por meio do Decreto nº7.496, de 8 de junho de 2011. Essa medida buscava a intensificação das medidas de controle, fiscalização e repressão dos diversos delitos transfronteiriços e das infrações praticadas na faixa de fronteira nacional. A coordenação no âmbito federal cabia aos Ministérios da Fazenda, Justiça e Defesa de forma coordenada. Dessa maneira, no ano de criação do plano foram desencadeadas as Operações Ágata 1, 2 e 3, alterando a forma de atuação das diversas agências envolvidas no combate aos crimes na faixa de fronteira e fortalecendo presença estatal em diversas porções do território nacional. O modelo adotado pelo PEF foi mantido até o ano de 2016, com a alteração do modelo empregado.

Na defesa dos interesses nacionais, as Forças Armadas têm atuado de modo integrado com outros setores do Estado. Essa coordenação de esforços é visível em ações como as destinadas a garantir a segurança das fronteiras brasileiras. Em junho de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), destinado a reforçar a presença do Estado nas regiões de divisa com dez países vizinhos. Com o plano, ações executadas por diversos entes estatais na prevenção e combate a crimes transfronteiriços – como a entrada de armas e drogas no país – passaram a ser integradas, ampliando seu impacto. Sob a coordenação direta do vice-presidente da República, o Plano Estratégico de Fronteiras é formado por duas operações: a Sentinela e a Ágata. (BRASIL, 2014)

No ano de 2015, o Tribunal de Contas da União, levantou alguns aspectos importantes no que tange a problemática da governança das ações governamentais na faixa de fronteira, com ênfase na restrita integração entre os países fronteiriços. Além disso, através do Acórdão nº 2.252/2015 de 9 de setembro de 2015, o referido tribunal salientou a problemática da verificação da fronteira marítima, tendo em vista as características do território nacional. Essa abordagem consolidou o entendimento das mudanças na direção das diversas operações em curso no nível político.

Assim, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), no ano de 2016, a Presidência da República sugeriu a criação de um comitê

de coordenação e controle de fronteiras, sendo proposta a revisão do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e a criação de um programa mais robusto.

A criação do Programa de Proteção Integrada (PPIF), em 2016, pelo Decreto Nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, organizou e normatizou o emprego das diversas unidades da administração pública federal, permitindo uma maior integração entre seus membros, com a principal diretriz de atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nos termos da legislação vigente e a cooperação e integração com os países vizinhos. (BRASIL, 2016b).

Além disso, essa importante iniciativa, tem uma área de atuação muito mais abrangente, abarcando atuação integrada de forma mais eficiente. O programa está articulado de forma a atingir objetivos como: integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima; integrar e articular com países vizinhos as ações previstas, aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços; e buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. Dessa maneira, contribuindo de forma contundente para o combate aos delitos transfronteiriços. (BRASIL, 2016b).

A evolução da complexidade do ambiente operacional reforçou a necessidade de aproximação entre os diversos atores presentes na área de operações. Assim, o fortalecimento da demanda pela efetiva coordenação de atividades, buscando resultados mais expressivos no combate aos crimes na Faixa de Fronteira.

Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2020, p.98).



Figura 15: O ambiente organizacional interagências.
Fonte: BRASIL, 2020.

Essa integração como observada na figura 15, reforça a exigência da conjugação das diversas capacidades das variadas agências na busca de soluções para os problemas crescentes no ambiente operacional atual. Nesse contexto, a necessidade de serem estabelecidos os objetivos comuns e claros, facilitam a obtenção de resultados positivos e a convergência de esforços.

As operações combinadas, conjuntas e singulares das Forças Armadas devem ser integradas no nível político-estratégico e coordenadas operacional e taticamente com as atividades das agências participantes e iniciativas do setor privado, quando aplicáveis – para atingirem objetivos comuns de segurança do Estado. (BRASIL, 2020, p.3-6).

Essa abordagem mais ampla, possibilita ampliar o raio de atuação das ações conjuntas e interagências, permitindo o emprego em diversas operações no território nacional. Nesse contexto, o Exército Brasileiro atua de forma efetiva no âmbito da Operação Ágata.



Figura 16: Principais agências participantes da Operação Ágata.
Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2022c.

O Ministério da Defesa (MD), dentro da concepção do Plano de Proteção Integradas de Fronteiras (PPIF), realiza as Operações ÁGATA com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços, ambientais e as ações do crime organizado, além de fortalecer a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e aumentar o apoio à população local. Essas ações estão positivadas no Art. 16-A da Lei Complementar nº 97, de 09 Jun 99, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 Ago 10. Trata-se de operações singulares e conjuntas das Forças Armadas Brasileiras, com o apoio de órgãos e agências federais, estaduais e municipais, nas áreas do Comando Militar da Amazônia, do Comando Militar do Norte, do Comando Militar do Oeste e do Comando Militar do Sul. (BRASIL, 2022c).

A partir do ano de 2017, as Operações Ágatas das Forças Singulares foram alteradas, passando a serem planejadas e coordenadas, trimestralmente, pelo Ministério da Defesa (Chefia de Operações Conjuntas). As diversas reuniões de gerenciamento, oportunidade nas quais os Comandos Militares da Amazônia, do Norte, do Oeste e do Sul apresentam seus planejamentos e fazem suas coordenações com as demais Forças Singulares, para o emprego de forma conjunta. Nesse contexto, as diversas demandas são ajustadas, permitindo o emprego mais amplo e eficiente em todo o território nacional. (BRASIL, 2022c).

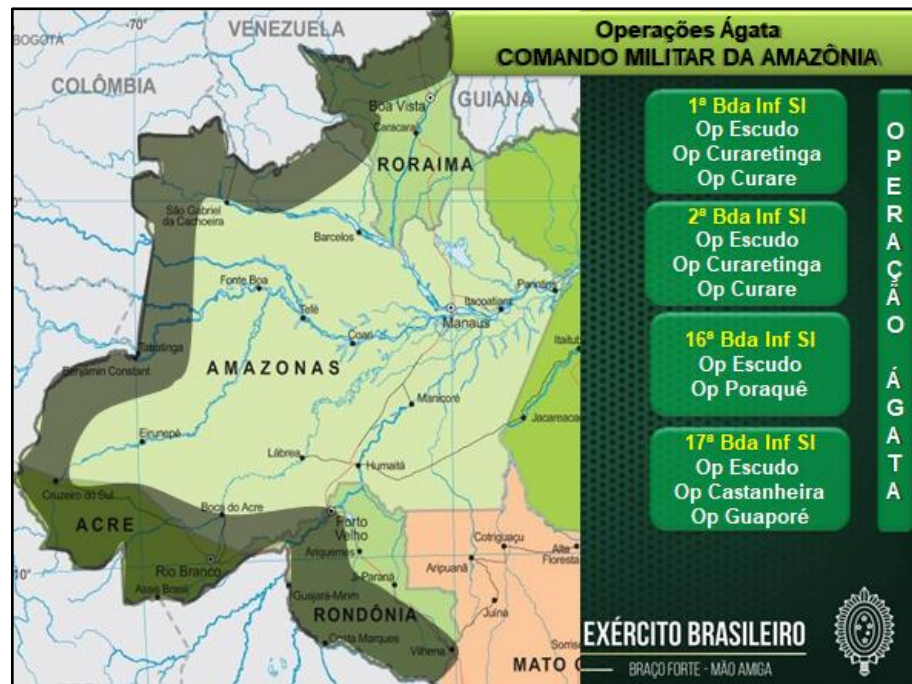


Figura 17: Operação Ágata no Comando Militar da Amazônia.
Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2022c.

A Operação Ágata é marcada pela execução de diversas atividades com emprego de tropa em todo território nacional. Nesse contexto, as Operações de Cooperação e Coordenação com agências ganha importante destaque, sendo fundamental o emprego sistematizado dos diversos meios empregados. Assim, essa operação é caracterizada pelos seguintes aspectos: delimitação temporal e territorial, de pontualidade e de emergência, além de corresponder às atividades de bloqueio e patrulha ao longo da faixa de fronteira do território brasileiro. Essa operação visa intensificar a presença do Estado nas regiões de faixa de fronteira e prevenir, controlar, fiscalizar e reprimir os delitos transfronteiriços, tais como o tráfico de pessoas, drogas, armas e munições, bem como coibir os crimes ambientais praticados em todo o território nacional. Essas ações permitem aumentar a efetividade da aplicação da estratégia da presença, contribuindo com a proteção da Amazônia Brasileira e garantindo a soberania nacional na região. (BRASIL, 2020b).

A Operação Ágata, que ocorre de modo articulado com países vizinhos, estados e municípios, inclui ações preventivas e repressivas contra crimes como contrabando, descaminho e narcotráfico, além de exploração mineral e garimpo ilegais, praticados na faixa de fronteira. Também, reforça o controle aduaneiro e apoia a população mais necessitada, como indígenas e demais residentes na faixa de fronteira. Para tanto, os militares dispõem

de 100 embarcações, quatro navios patrulhas, um Navio de Assistência Hospitalar e 24 aeronaves para executar as atividades. (BRASIL, 2022e).

Além disso, diversas fases da operação estão sendo acionadas nessa última década, abarcando atores diversos e com o objetivo principal de aumentar a segurança das fronteiras nacionais. Nos últimos ano, o arco norte ganhou grande destaque por suas características singulares e a presença de variada gama de desafios. Esse complexo cenário exige atenção e coordenação entre as diversas agências representantes para de forma sinérgica aumentar a efetividade das ações de combate aos ilícitos transfronteiriços, marcando de forma constante a presença do Estado Brasileiro nessa importante parte do território nacional.

As Forças Armadas, em ações conjuntas com os órgãos municipais, estaduais e federais de Segurança Pública, apreenderam 50% a mais de drogas em 2021, em comparação com 2020, por meio da Operação Ágata. Em 2020, foram apreendidas 18,6 toneladas de cocaína, maconha, skank e haxixe e, no ano passado, 27,9 toneladas. A Operação Ágata é coordenada pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa e emprega militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em ações interagências em todo país. O objetivo é prevenir e reprimir crimes transfronteiriços e ambientais, o que contribui para a defesa da soberania nacional - uma das missões constitucionais das Forças Armadas. (BRASIL, 2022f).

Assim, a busca pela sinergia das ações é um importante marco nas Operações Ágata. Essas atividades permitem a projeção do poder nacional na busca por soluções para alguns problemas críticos na faixa de fronteira brasileira, permitindo a consolidação e o fortalecimento nacional em todas as partes do extenso território do Brasil.

7 AS AÇÕES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NA OPERAÇÃO ÁGATA

A Brigada Lobo d'Almada por suas características específicas reúne variadas capacidades para o emprego no Estado de Roraima. Essas aptidões permitem uma variada gama de possibilidades de emprego no amplo espectro das operações, possibilitando a realização de ações singulares, combinadas e Operações de Cooperação e Coordenação com agências.

A combinação de peças de manobra com grande mobilidade como o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado e o 1º Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel, possibilitam um emprego variado nos diversos tipos de terreno que compõem a fisiografia do estado de Roraima. Dessa maneira, a brigada fortalece a presença do estado brasileiro nessa importante porção do território nacional.

Ainda, a variada gama de atividades realizadas pelo 1º Batalhão Logístico de Selva possibilita a atuação no suporte logístico das operações, como no apoio ao transporte de materiais apreendidos e no esforço contínuo da manutenção dos diversos meios de emprego militar.



Figura 18: Apoio do 1º B Log SI nas operações interagências.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022b.

Nesse contexto, a combinação das capacidades da 1ª Bda Inf SI e das diversas agências presentes no estado possibilitam um emprego eficiente no contexto da Operação Ágata, particularmente em Roraima. Esse emprego sinérgico de ações rápidas e coordenadas favorecem princípios como a surpresa nas operações realizadas. Assim, os efetivos desdobrados utilizam os diversos modais existentes, facilitando o desdobramento

das agências na área de operações.



Figura 19: Emprego das capacidades da 1ª Bda Inf SI.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022b.

A Operação Ágata no âmbito da 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui diversos níveis, sendo variado os meios empregados e as diversas missões a serem desenvolvidas. Nesse contexto, ocorrem as Operações CURARE, CURARETINGA e CONTROLE que podem ser desdobradas durante grande parte do ano com a utilização de tropas das Forças Singulares, os Órgãos de Segurança e Ordenamento Público e de Fiscalização (OSOPF) e agências.

Ainda, a realização de constantes Reconhecimentos de Fronteira (REFRON) em toda a região fronteiriça do Estado de Roraima é outra ação da Brigada. Essas ações evidenciam a presença constante das frações em suas áreas de responsabilidade, atuando de maneira preventiva e repressiva se for o caso. Nesse contexto, são realizadas as atividades de reconhecimento, Posto de Bloqueio de Estradas e Posto de Bloqueio e interdição Fluvial, destacando a capacidade de pronta resposta nessa importante parte do território nacional.

Essas Operações visam garantir os Poderes Constitucionais e a Lei e a Ordem na Amazônia Ocidental. Assim, a 1ª Bda Inf SI realiza ações na Faixa de Fronteira em coordenação com as diversas agências com o objetivo de incrementar a presença e o controle do Estado Brasileiro nessa importante região.

As ações variam em raio de atuação e envergadura das operações com meios alocados das organizações militares da Guarnição de forma total ou parcial, reforçada por

meios de outras guarnições e com a participação de agências como: Polícia Federal (PF), Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR), Polícia Civil do Estado de Roraima, Bombeiro Militar do Estado de Roraima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), entre outras. Nesse contexto, a integração entre as agências é fundamental para o resultado positivo das diversas ações a serem realizadas no estado do Roraima.

No ambiente interagências, em função da cultura organizacional de cada agência, o compromisso com a missão por parte dos vetores participantes normalmente apresenta-se em graus diferentes. No entanto, a unidade de esforços, colaboração e integração entre as agências são condições sine qua non para o desenvolvimento das operações em ambiente interagências, pois permite ao Estado alcançar o estado final desejado e minimiza a possibilidade da dispersão de esforços, retrabalhos, desperdício de recursos humanos e materiais, podendo chegar até o não atingimento dos objetivos propostos. (BRASIL, 2020, p.3-6).

Assim, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva busca maximizar os resultados de suas ações com a máxima colaboração das diversas agências participantes da Operação Ágata, buscando o fortalecimento dos laços e a unidade de esforço em prol do objetivo comum de fortalecer a presença do estado brasileiro em Roraima.

A coordenação é o processo por meio do qual se busca conciliar interesses e conjugar esforços para a consecução de um objetivo, tarefa ou propósito comum no ambiente interagências. Dessa forma, o coordenador das ações, legalmente constituído, transmite sua intenção aos vetores (civis e militares), concilia interesses e conjuga esforços das agências envolvida sem uma determinada operação. Compreende a autoridade e a responsabilidade para articular todos os envolvidos no cumprimento de uma determinada tarefa. (BRASIL, 2020, p.6-3).

A realização de reuniões de coordenação nas diversas fases das operações propicia o ambiente ideal para fomentar a unidade de esforços. Dessa maneira, o Centro de Operações da 1ª Bda Inf SI busca facilitar a aproximação entre as diversas agências, servindo como espaço de intercâmbio de informações e de planejamento interagências, impactando diretamente na sinergia de atuação dos diversos órgãos.



Figura 20: Reunião de coordenação com as diversas agências.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022h.

A execução de aprontos operacionais com a participação das diversas agência é outra importante ação da 1ª Bda Inf SI no âmbito das operações interagências. Dessa maneira, a integração entre esses diferentes agentes facilita a interoperabilidade e a padronização de técnicas, táticas e procedimentos a serem utilizados na Operação Ágata, proporcionando melhores resultados durante a fase de emprego.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) realizou uma formatura de aprestamento operacional das organizações militares da Brigada Lobo D'Almada e Interagências. O evento teve por finalidade estabelecer critérios para a interoperabilidade e o preparo do material, equipamentos, viaturas e suprimentos da Brigada visando facilitar o embarque da tropa e do material, além de preparar e aprestar as Organizações Militares para emprego imediato em qualquer tipo de missão. (BRASIL, 2020).



Figura 21: Apronto Operacional com a participação das agências.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2020.

Para combater ilícitos nas fronteiras dos estados do Amazonas e de Roraima, foi deflagrada a Operação Ágata Conjunta, nesta semana. Cerca de 1,5 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica estão envolvidos na missão, que conta com a participação da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas. A iniciativa fortalece a presença do Estado, principalmente em áreas mais remotas, assegura a soberania do país, a lei e a ordem. (BRASIL, 2022j).

A intensificação das ações no extremo Norte do País permite maior capilaridade das operações. O emprego de forma conjunta de meios das Forças Singulares e diversas agências tem aumentado a efetividade das ações da Operação Ágata com impacto direto principalmente nos estados do Amazonas e Roraima. Nesse contexto, a utilização de grande variedade de meios propicia um emprego consistente e com capacidades que maximizam o desdobramento dos efetivos desdobrados.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, recrudescendo a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área. Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, a qual orienta a organização das Forças Armadas tendo como base o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. Esse aumento de capacidades de controle da faixa de fronteira possibilita uma maior efetividade nas diversas ações desenvolvidas no âmbito da Operação Ágata. (BRASIL, 2022k).



Figura 22: Projeto Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.
Fonte: BRASIL, 2022k.

Nesse contexto, o SISFRON deverá, além de incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre. Deverá, ainda, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como, apoiar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto, impactando o planejamento e emprego de tropas de forma mais eficiente nas Operações Ágata em todo o território nacional e, particularmente, no estado de Roraima. (BRASIL, 2022k).

No período de 30 de novembro a 1º de dezembro uma Comitativa do Estado-Maior do Exército, constituída por integrantes do Programa Estratégico do Exército SISFRON se deslocou para a guarnição de Manaus com a finalidade de acompanhar a implantação do Programa SISFRON no Comando Militar da Amazônia (CMA). Na oportunidade o Gerente do SISFRON, General de Bda DUARTE, apresentou ao Chefe do Estado-Maior do CMA, General Bda MACHADO e ao General Bda PLÁCIDO, Chefe do Centro de Operações do CMA, o atual estágio da implantação da próxima fase do Programa, que compreende os Pelotões Especiais de Fronteira das 2ª e da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, seus desafios e também aspectos da aquisição emergencial feita em prol da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, precedendo ao planejamento do SAD 7 que compreende a área de operações daquela Brigada.(BRASIL, 2021).

O processo de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) está em fase de implantação, com aquisição de material e instalação de

infraestruturas de apoio. Nesse contexto, a melhoria da capacidade de monitoramento e geração de informações na área de operação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Esse aumento de capacidades tem impacto direto na capacidade de ação da tropa empregada na Operação Ágata, facilitando a atuação das agências envolvidas e fortalecendo o trinômio monitoramento, mobilidade e presença no extremo norte do Brasil.

Nesta atualização foram abordadas também outras obras sob patrocínio do Programa como o pátio do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, a adequação do estacionamento de aeronaves do 4º Batalhão de Aviação do Exército e a futura construção do Centro de Operações do Cmdo da 1ª Bda Inf Sl. (BRASIL, 2021).

Além disso, o processo de transformação da Brigada Lobo d'Almada abarca não somente o aumento das capacidades das organizações militares subordinadas, a diversificação de estruturas de apoio do Comando Militar da Amazônia, como também a construção do Centro de Operações daquela Grande Unidade, proporcionando melhores condições para a condução das diversas ações com destaque para o emprego na Operação Ágata no estado de Roraima.



Figura 23: Utilização de ARP nas operações da 1ª Bda Inf Sl.
Fonte: Arquivo 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, 2021.

O emprego de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) é outra ação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. A utilização desse importante vetor possibilita o aumento das capacidades da Grande Unidade nas operações, com destaque para o emprego na Operação Ágata. Além disso, tendo em vista as características singulares do terreno do estado de Roraima esse tipo de aeronave possibilita a observação e a manutenção do

sigilo em diversas fases do emprego de tropa, possibilitando ações mais eficientes e que privilegiam o princípio da surpresa.

Ainda, o monitoramento de Regiões de Interesse para a Inteligência (RIPI) é executado de maneira mais efetiva com a utilização desse importante meio. Nesse contexto, a realização de estágios para a especialização de operadores com a participação das diversas agências presentes no estado de Roraima possibilita melhores resultados no emprego nas operações de cooperação e coordenação com agências.

A realização de estágios com a participação de diversas agências é outra ação da 1ª Bda Inf SI. A realização de estágios como o de adaptação à selva, permite a padronização de táticas, técnicas e procedimentos, além de fortalecer a aproximação entre as diversas instituições, favorecendo o emprego nas Operações Interagências. Além disso, a aproximação em atividades de planejamento e emprego em situações de desastres naturais, combate as queimadas e combate a crimes transfronteiriços fortalece a interoperabilidade, melhorando os resultados em Operações como a Ágata, que exigem a cooperação constante em busca de resultados mais robustos.

No contexto da Operação, a tropa do 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI), reforçada por elementos do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec), do 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE) e do 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com SI), atuou no Sul do Estado de Roraima, com atividades de fiscalização na faixa de fronteira, por meio da instalação de Postos de Bloqueio e Controle de Estradas. Reforçando a integração do Exército Brasileiro com a sociedade, foi realizada ainda uma Ação Cívico-Social no município de Rorainópolis, sob a coordenação do 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI) e com atuação da equipe de saúde do Posto Médico da Guarnição de Boa Vista (PMGu BV), que levou a Mão Amiga da Força Terrestre para a população da região, por meio de atendimento médico e odontológico. (BRASIL, 2022I).

O emprego das diversas agências de forma coordenada em todo o território do Estado de Roraima é outra ação da 1ª Brigada de Infanteria de Selva. A utilização de meios e efetivos com elevado treinamento e conhecedor da área de operações permite maior eficiência na Operação Ágata. Esse fato colabora diretamente com o fortalecimento da presença do estado brasileiro no extremo norte do país, combatendo a ocorrência de crimes ambientais e transfronteiriços.

A realização de reuniões de coordenação com países vizinhos foi outra ação realizada pela 1ª Bda Inf SI. As reuniões de intercâmbio militar são uma grande oportunidade de aproximação e coordenação de atividades que afetam diretamente a faixa de fronteira comum aos países adjacentes. Essas atividades possibilitam a troca de experiências e a

verificação de oportunidades de melhoria nas atividades realizadas por essas nações, favorecendo a criação de um ambiente integrado e colaborativo nas diversas atividades realizadas nessa porção do território nacional.

A reunião teve como objetivos estreitar os laços de cooperação e amizade entre os militares do Exército Brasileiro, particularmente da 1ª Bda Inf SI, e da Força de Defesa da Guiana; trocar experiências e conhecimentos no campo militar de interesse comum; e sobre tópicos que afetam diretamente o controle e a segurança na faixa de fronteira entre o Brasil e a Guiana, além de realizar o intercâmbio de procedimentos comuns e complementares na faixa de fronteira entre os dois países. (BRASIL, 2019h).

Além disso, a realização de Ações Cívico-Social (ACISO) nas áreas de operação possibilitam o fortalecimento dos laços com a população local. Essas atividades permitem levar a mão amiga a cidadãos brasileiros, apoiando com atendimentos médicos e odontológicos diversas pessoas. Essas ações possibilitam apoiar diretamente parcela de brasileiros com apoio médico e odontológico, muitas vezes em áreas de difícil acesso.



Figura 24: Operação Curare 1ª Bda Inf SI.
Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 2022i.

As diversas ações realizadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, no âmbito da Operação Ágata, colaboram com a manutenção da presença estatal na faixa de fronteira norte do Brasil, contribuindo com a manutenção da Paz Social na região. Essas atuações realizadas de forma coordenada entre as diversas agências possibilitam a maximização

das capacidades dos entes participantes e a realização sinérgica dessas ações. Ainda, a troca de experiências e informações possibilitam o emprego colaborativo e mais eficiente. Esse fluxo de informações colabora para o aperfeiçoamento das atuações de prevenção e repressão aos delitos, aproximando as diversas agências na execução de suas missões principais.

8 CONCLUSÃO

As ações desencadeadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Operação Ágata no Estado de Roraima enfrentam uma gama variada de desafios para combater os ilícitos transfronteiriços. Essa importante operação agrega o esforço de diversas agências de forma coordenada, visando proporcionar os resultados de maneira efetiva das atuações no extremo Norte do país.

Nesse contexto, foi observado o arcabouço legislativo pertinente as operações na faixa de fronteira. Assim, foi observado a constante evolução das normativas como resultado da atualização das políticas nacionais e de defesa. Esse continuo progresso é de grande importância tendo em vista a diversidade das agências envolvidas nas operações como a Ágata, pois somente com processos bem definidos é possível alcançar os resultados necessários diretamente relacionados a proteção da fronteira nacional e a diminuição dos ilícitos transfronteiriços.

A vasta fronteira do Estado de Roraima com cerca de 1.922 quilômetros de fronteira com países sul-americanos, sendo Guiana e Venezuela, tem grande influência nas operações realizadas na região. Assim, a necessidade de coordenação entre as diversas agências que operam na área ganha grande destaque, sendo fundamental a integração entre os entes envolvidos.

As características do terreno, como a mescla de regiões com florestas densas ao sul e áreas cobertas com lavrados ao centro são, como observado anteriormente, um grande desafio para o sucesso da Operação Ágata. Nesse contexto, o planejamento levando em consideração as características peculiares da área de operação e a limitada rede viária do Estado de Roraima devem ser levados em consideração desde a fase inicial e principalmente para o desencadeamento das ações da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Esses aspectos, e a possibilidade de utilização de importantes rios como o Branco, Uraricoera e Mucajai são fundamentais no desdobramento das agências na área de operação, sendo utilizados de forma constante e integrada.

Ainda, a utilização de aeronaves que possibilitam um deslocamento rápido e eficiente são muitas vezes o diferencial empregado para o sucesso da Operação Ágata. Além disso, o emprego de Aeronaves Remotamente Pilotadas favorece a observação das regiões de interesse para a inteligência sem prejudicar o sigilo das operações, tendo esse meio vasta possibilidade de utilização, como observado nas ações realizadas pela 1ª Bda Inf SI.

A Brigada Lobo d'Almada possui diversas capacidades adquiridas por sua composição singular, além das características reforçadas pelo emprego de forma

coordenada no ambiente interagências, possibilitando a diminuição das vulnerabilidades e o aumento das possibilidades. Nesse contexto, as unidades mecanizadas, como o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, por suas características como mobilidade e flexibilidade tem grande versatilidade para o emprego no ambiente encontrado no Estado de Roraima. Além disso, o 1º Batalhão de Infantaria de Selva com o apoio do 4º Batalhão de Aviação do Exército pode atuar de forma rápida e eficiente em toda a área de responsabilidade da 1ª Bda Inf SI, possibilitando maior rapidez nas ações desenvolvidas por essa Grande Unidade.

Assim, as capacidades logísticas desdobradas pelo 1º Batalhão Logístico de Selva possibilitam uma maior versatilidade no apoio a Operação Ágata no Estado de Roraima. Essas possibilidades são amplamente utilizadas durante a execução dessa operação, aumentando o rendimento das tropas empregadas em 1º escalão e atuando diretamente na diminuição dos óbices logísticos encontrados nas ações nesse complexo ambiente operacional.

O fluxo migratório constante na região, foi outro ponto abordado no trabalho. Tendo como base o impacto direto no desdobramento das agências envolvidas na Operação Ágata. Esse complexo cenário é mitigado pela coordenação e constante fluxo de informações entre os entes envolvidos nas ações e pela atuação diuturna da Operação Acolhida e seus impactos no ordenamento da fronteira, no abrigo e na interiorização dos migrantes venezuelanos.

Além disso, foram observadas a evolução da Operação Ágata tanto no período de vigência do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) com a busca da intensificação das medidas de controle, fiscalização e combate aos crimes transfronteiriços e das infrações praticadas na faixa de fronteira. Ainda, foram abordadas as peculiaridades da criação do Programa de Proteção Integrada (PPIF) que organizou e normatizou o emprego das diversas unidades da administração pública federal, permitindo uma maior integração entre seus membros.

Nesse contexto, foi observado as peculiaridades da Operações Ágata que tem como objetivo reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços, ambientais e as ações do crime organizado, além de fortalecer a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e fomentar o apoio à população em diversas partes do território nacional. Em particular foram observadas as ações da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto dessa importante operação no Estado de Roraima.

Essas atuações desenvolvidas pela 1ª Bda Inf SI abarcam atividades variadas que colaboram diretamente com a organização da faixa de Fronteira, contribuindo continuamente para a presença efetiva do estado brasileiro nessa porção do território nacional. Assim, foram abordadas ações de diplomacia militar, atividades de padronização de técnicas, táticas e procedimentos entre as diversas agências, ações de apoio logístico as operações, atividade de caráter cívico e social, a realização de ações relacionadas a diplomacia militar, a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Todas essas ações contribuem ao combate aos ilícitos no Estado de Roraima, favorecendo a sensação de segurança e o fortalecimento das instituições nacionais.

Ainda, as ações facilitam a coordenação entre as agências por intermédio da realização de aprontos operacionais e reuniões de coordenação, favorecendo o intercâmbio de informações e o compartilhamento de dados sensíveis, o que favorece o emprego na Operação Ágata. Cabe destacar que essas atividades desenvolvidas de forma interagência proporcionam subsídios concretos para planejamento objetivos com ênfase nas capacidades apresentadas pelos diversos entes para o emprego nas referidas operações.

Nesse contexto, as diversas ações realizadas pela Brigada Lobo d'Almada no âmbito da Operação Ágata contribuem para o combate dos crimes transnacionais na faixa de fronteira, particularmente no Estado de Roraima, diminuindo a ocorrência de crimes transfronteiriços com a colaboração das diversas agências participantes na operação. Essa atuação coordenada possibilita o aumento da efetividade das intervenções realizadas.

Assim, a atuação coordenada no ambiente operacional das operações de cooperação e coordenação com agências maximiza as capacidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, favorecendo seu emprego na fronteira norte do Brasil. Ainda, esse emprego colabora com a ação das agências nos diversos níveis municipal, estadual e federal, colaborando com o fortalecimento das instituições nacionais em consonância com a estratégia nacional de defesa.

Por fim, é importante salientar que o presente trabalho de conclusão de curso visa servir de contribuição para estudos futuros acerca desse importante tema. Além disso, as peculiaridades do ambiente operacional apresentado ratificam a necessidade de coordenação constante entre os diversos entes governamentais para aumentar a efetividades das diversas ações implementadas no contexto da Operação Ágata no Estado de Roraima, robustecendo os efeitos dessas atividades e colaborando com a percepção de segurança da sociedade em uma região profundamente estratégica para o Brasil e suas relações com os países limítrofes.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Rafael José Vieira. **Análise comparativa da Liderança Militar e empresarial no contexto do mundo VUCA: Desafios e Oportunidades.** Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. **Apresentação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**, 2011. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-as-acoes-e-dificuldades-encontradas-para-rover-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasilei-ras1/apresentacao- enafron>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL: Comando Militar da Amazônia: **1ª Brigada de Infantaria de Selva: Apronto Operacional 2020.** 2020. Disponível em: https://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=513:2020_039_apronto_interagencias&catid=59&Itemid=485. Acesso em 16 mar 2022.

BRASIL: Comando Militar da Amazônia: 1ª Brigada de Infantaria de Selva: **1ª Brigada de Infantaria de Selva.** 2022a. Disponível em: http://www.1bdainfsl.eb.mil.br/home/sintese_historica.html. Acesso em 16 mar 2022.

BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **Apresentação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.** 2022b. Boa Vista, RR.

BRASIL: Comando Militar da Amazônia. **Operação Ágata Conjunta Amazônia atua contra crimes transfronteiriços e ambientais no AM.** 2022e. Disponível em: <https://www.cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/operacao-agata-conjunta-amazonia-atua-contracrimestransfronteiricos-e-ambientais-no-am>. Acesso em 10 jul 2022.

BRASIL: Comando Militar da Amazônia: 1ª Brigada de Infantaria de Selva: **1ª Brigada de Infantaria de Selva recebe VBTP Guarani.** 2022g. Disponível em: https://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=784:040-recebimento-vbtp-guarani&catid=59&Itemid=485. Acesso em 16 jul 2022.

BRASIL: Comando Militar da Amazônia: 1ª Brigada de Infantaria de Selva: **Brigada Lobo D'Almada realiza 1ª Reunião Interagências de 2022.** 2022h. Disponível em: https://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=753:010-brigada-lobo-d%E2%80%99almada-realiza-1%C2%AA-reuni%C3%A3ointerag%C3%AAncias-de-2022&catid=59&Itemid=485. Acesso em 16 mar 2022.

BRASIL: Comando Militar da Amazônia. **Brigada Lobo da Almada emprega militares no combate aos crimes ambientais e crimes transfronteiriços.** 2022i. Disponível em: https://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=777:034-opera%C3%A7%C3%A3o-curare-xvi&catid=59&Itemid=485. Acesso em 20 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011.** Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7496.htm. Acesso em: 22 jun. 2022

BRASIL. **Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016.** Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Brasília, DF: Presidência da República, 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm. Acesso em: 22 jun. 2022

BRASIL: Escritório de Projetos do Exército: **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras.** 2022k. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em 22 jun 2022.

BRASIL: Escritório de Projetos do Exército: **Visita de acompanhamento da implantação do Programa SISFRON no CMA.** 2021. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/2053-visita-de-companhamento-da-implantacao-do-programa-sisfron-no-cma>. Acesso em 24 jun 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Noticiário do Exército. Reunião Regional de Intercambio Militar Brasil-Guiana.** 2019h. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiariodoexercito///asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/10330172>. Acesso em: 24 junho 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestre. **Apresentação Operação Ágata. Comandado de Operações Terrestres.** 2022c. Brasília, DF.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Secretaria de Recursos Hídricos. **Caderno da Região Hidrográfica Amazônica.** Brasília: MMA, 2006b. 124 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Uso da Terra e gestão do território do estado de Roraima.** Relatório técnico. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativa da população residente no Brasil e unidades da federação 2021.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999,** alterada pelas Leis Complementares nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010. Dispõe sobre normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jun. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.** Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, 2010.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm> Acesso em: 8 mar 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 33-M-02: Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação de combate a ilícitos transfronteiriços**. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/protecao-das-fronteiras>>. Acesso em: 18 junho 2022

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa**. 2016. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2016a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2020-2039**. Brasília: MD, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/lai/institucional/cenarioa_dea_defesaa_sumarioa_executivoo_atual.pdf/view>. Acesso em: 19 Mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.248: Operações Interagências**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata**. 2020b. Edições Anteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>>. Acesso em: 24 mar 22.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Forças Armadas apreendem 50% a mais de droga na faixa de fronteira**. 2022f. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2022/02/em-um-ano-forcas-armadas-apreendem-50-a-mais-de-drogas-na-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 24 junho 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação de combate a ilícitos transfronteiriços**. 2022j. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/justica-e-seguranca/2022/03/defesa-deflagra-operacao-de-combate-a-ilicitos-transfronteiricos-e-ambientais-no-amazonas-e-em-roraima_minuta.pdf>. Acesso em: 15 junho 2022.

BRASIL. Ministério do Exército. **C 7-30 Brigadas de Infantaria**. 1ª ed. Brasília, DF, 1984.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade. **Bioma Amazônia**. Brasília: MMA, 2006a. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/amazonia/mapas_pdf/vegetacao/mosaico/mosaico_a0.pdf> Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil. **Áreas de relevante interesse mineral e áreas protegidas**. Disponível em: <<https://www.terrabilis.org.br/ecotecadigital/pdf/mapa-de-geodiversidade-do-estado-de-roraima.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CINELLI, C. F. G.; DE SOUZA DIAS, A. L. **A Intervenção Federal no Rio de Janeiro**. A Defesa Nacional, v. 106, n. 837, 29 ago. 2019.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. **Porto Alegre: Artmed**, 2010.

ECEME. **Manual Escolar Formação de Trabalhos Científicos ME 21-253**. 3ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

MUNDO GEO. **Mapeamento Móvel. Mapa dos Eventos Criminosos Realizados na Fronteira por UF (2008)**. 2010. Disponível em: <https://mundogeo.com/blog/2010/12/16/mapeamento-movel/>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

NETO, Sales. **Mapa Rodoviário do Estado de Roraima**. 2012. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_rodovi%C3%A1rio_de_Roraima#/media/File:Mapa_Rodovi%C3%A1rio_RR_-_detalhado.png. Acesso em 03 maio 2022.

PEREIRA, Thiago Garcia. **A atuação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em operações na faixa de fronteira amazônica**: o combate aos crimes transfronteiriços e ambientais nos anos de 2015 e 2016. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

PINTO, Lara Constantino; OBREGON, Marcelo Fernando Q. **A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil**. Derecho y Cambio Social, p. 1-21, 2018. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército).

RABELO, K. R. O. MANO, Y. F. A. **História e Geografia de Roraima aplicada ao Ensino Médio**. Instituto Federal de Roraima. 2015.

RORAIMA. **Geografia Governo de Roraima**. 2019. Disponível em: <https://www.portal.rr.gov>. Acesso em 15 jun 2022.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 3ª. **São Paulo: Atlas**, 2008.